

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
PRODUÇÃO CULTURAL

GUILHERME AGLIO DA SILVA

A ITAIPU DAS COMPANHAS  
Identidade, Território e Luta em Itaipu

Niterói  
2015



**ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL**

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO	
Nome do Candidato: <b>GUILHERME AGLIO DA SILVA</b>	Matrícula: <b>109.33.021</b>
Título do Trabalho: <b>A ITAIPU DAS CAMPANHAS: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E LUTA EM ITAIPU</b>	
Orientador: <b>Me. Kyoma S. Oliveira</b>	
Categoria: <b>Monográfica</b>	Data da Apresentação: <b>28/10/2015</b>

BANCA EXAMINADORA
1º Membro (Presidente): <b>Me. Kyoma S. Oliveira</b>
2º Membro: <b>Drª. Marina Bay Frydberg</b>
3º Membro: <b>Drª. Ana Lucia Enne</b>

AVALIAÇÃO:		
Análise / Comentário		
<p>A BANCA DESTACA A QUALIDADE DO TEXTO E A MADRIDADE ACADÊMICA DA ABNO NA ANÁLISE DO OBJETO. DESTACA AINDA O CRUZAMENTO ENTRE UMA BIBLIOGRAFIA DENSA E UMA ETNOGRAFIA RICA. RESSALTA POR FIM A RELEVÂNCIA POLÍTICA SOCIAL DO TEMA E INDICA A CONTINUIDADE DA PESQUISA EM NÍVEL DE PÓS-GRADUAÇÃO.</p>		
Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora): <b>10 (Dez)</b>		
ASSINATURAS		
<u>Kyoma Oliveira</u> 1º Membro (Presidente)	<u>Marina Bay Frydberg</u> 2º Membro	<u>Ana Lucia Enne</u> 3º Membro

GUILHERME AGLIO DA SILVA

A ITAIPU DAS COMPANHAS  
Identidade, Território e Luta em Itaipu

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, como pré-requisito para obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Kyoma Silva Oliveira

Niterói  
2015

S586 Silva, Guilherme Aglio da.  
A Itaipu das companhas: identidade, território e luta em Itaipu /  
Guilherme Aglio da Silva. – 2015.  
46 f.  
Orientador: Kyoma Silva Oliveira.  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção  
Cultural) Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e  
Comunicação Social, 2015.  
Bibliografia: f. 44-46.

1. Pesca artesanal. 2. Itaipu, Niterói (Rio de Janeiro). 3. Política de  
identidade. 4. Território. I. Oliveira, Kyoma Silva. II. Universidade  
Federal Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social. III.  
Título.

GUILHERME AGLIO DA SILVA

A ITAIPU DAS COMPANHAS: Identidade, Território e Luta em Itaipu.

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, como pré-requisito para obtenção do Grau de Bacharel.

Aprovada em outubro de 2015.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Kyoma Silva Oliveira (Orientador)  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Marina Bay Frydberg  
Universidade Federal Fluminense

---

Prof. Dra. Ana Lucia Silva Enne  
Universidade Federal Fluminense

Niterói  
2015

Aos meus pais, Marcos e Vera, que foram, além da minha relapsa consciência, aqueles que mais esperaram o dia da concepção desse trabalho. E à minha vó, dona Carolina, pelos tantos “graças a Deus” proferidos por todas as vezes que disse que a hora de me formar estava chegando.

## AGRADECIMENTOS

Quero agradecer antes de tudo aos pescadores e amigos da ALPAPI, ao Jairo, ao Lula e ao Mauro, principalmente, pela solicitude e paciência que tiveram comigo e outros pesquisadores e pela dedicação que vêm tocando os afazeres da Associação junto ao Seu Chico e a outros pescadores, na luta por um mundo mais digno e justo onde caiba os pescadores artesanais.

Ao Rivotrio 2mg por ter cedido o baixista e maravilhoso Kyoma Oliveira pra ser a referência acadêmica que faltava em minha vida.

Ao Kyoma, especialmente, pela paciência, dedicação (e fê) a mim e a esse trabalho.

A todos os vários, os inúmeros, os inesquecíveis amigos da UFF, em especial de Procult, entre professores, calouros, veteranos, agregados e ex-alunos, que certamente participaram do capítulo mais importante até agora da minha não muito extensa vida.

Ao Colégio Pedro II, que entendeu que educação não deve ser conformada e ascendeu essa chama aqui, e aos meus seletos amigos flamejantes de colégio que trouxe pra vida.

Aos companheiros de Partido dos Trabalhadores, de Democracia Socialista e de Kizomba, pela oportunidade que tive de lá aprender o que “solidariedade” e “política” significam juntas e do quanto isso pode ser transformador. Lamento também pela parte do partido que, na missão de governar um país como o Brasil no momento histórico que estamos, às vezes esqueça da parte “solidária”. Estarei sempre na fração que os lembrará disso.

Aos que ardem. Aos que queimam, que inflamam. Aos que compartilham da chama da indignação, equivocados ou afinados. Aos gayzistas, bolivarianos, feminazis, abortistas, maconheiros e paraíbas. À escória. À ralé. Ao Lula e à Dilma, por serem tudo isso, e pelos acertos que geraram o ódio dos futuros derrotados, jamais aos erros que os aproximam deles.

À minha enorme família, italiana ou portuguesa, que sempre olhou pra mim como se tivesse sido agraciado por Deus com um pacote especial de talentos: o menino inteligente, que toca, que pinta, que filma, que faz, o qual prometo começar a acreditar em breve, quando merecê-lo. A começar por essa monografia, o qual eu tenho imenso orgulho.

À Manulinda, pela suavidade da sua presença e pelo carinho.

À Luiza, ao Roque e à Luna, meus filhinhos de quatro patas e mau hálito.

E ao meu vício, meu karma, meu norte, minha galera enlouquecida, meu bem, meu zen, meu mal.

“Eu hoje estou por terra e sei o vento que  
venta, nós éramos guiados pela lua”<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Do falecido Seu Caboclo, transcrito por um folheto produzido pela ALPAPI e distribuído na ocasião da I Marejada Cultural de Itaipu, em junho de 2015.

## RESUMO

Este trabalho tem como objeto os pescadores artesanais de Itaipu e sua luta pela existência, o que inclui o direito à pesca e às representações de suas identidades no território profundamente significado por elas e que vem sofrendo radicais transformações através da modernização imposta pela ação do mercado imobiliário. Somados à emergência de uma pesca industrial degradante e ao tráfego de grandes embarcações, tem-se um problema grave de pauperização biológica do meio marinho, além de uma nova configuração em terra que exclui os pescadores material e simbolicamente de Itaipu. Dessa forma, o trabalho traz discussões acerca dos processos de produção da identidade desses pescadores e do território em que as representam, relacionando esses processos à produção de discursos políticos que disputam esse território frente aos avanços do poder econômico e seus projetos.

**Palavras-chave:** pescadores artesanais; Itaipu; identidade; território; política de identidade.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1. IDENTIDADES EM ANÁLISE: O PESCADOR ARTESANAL DE ITAIPU .....</b>	<b>11</b>
<b>2. ENTENDENDO O TERRITÓRIO: POR UMA ITAIPU DAS COMPANHAS .....</b>	<b>23</b>
<b>3. INSTITUIÇÕES E POLÍTICA: PESCADORES EM LUTA .....</b>	<b>32</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>44</b>

## INTRODUÇÃO

É comum no cancionário popular, na literatura ou na dramaturgia a reprodução das folclóricas cenas de pescadores litorâneos nordestinos em suas jangadas, ou dos caiçaras do sul/sudeste brasileiro ostentando uma vida tranquila, pastoril, conectados com a natureza e soberanos sobre as águas. No entanto, essas imagens bucólicas são contrastadas com uma realidade bem diferente: comunidades pesqueiras são constantemente acuadas por uma modernização voraz em seus territórios, encontrando-se marginalizadas em um contínuo processo de empobrecimento econômico e simbólico.

Poderosos atores e processos econômicos alheios aos pescadores emergem e trazem consigo uma urbanização desenfreada, expulsando essas comunidades da orla e tomando pra si pedaços de praia da qual os pescadores representam suas identidades, bem como outras que lá se atualizam. Aliados a isso, enfrentam também a crescente competição de barcos maiores e mais potentes da pesca industrial, a invasão de seus territórios por rebocadores e navios cada vez mais recorrentes no litoral brasileiro e a consequente pauperização biológica do meio marinho.

Muitos pescadores artesanais, portanto, se desfizeram de suas companhas e instrumentos tradicionais de pesca para integrar as tripulações dos grandes navios, outros abandonaram o litoral para procurar emprego com a expectativa de uma vida melhor nas áreas urbanas, e ainda sim, alguns optaram por continuar suas práticas, ainda que relegados à condições cada vez mais degradantes.

Entretanto, a luta por um modelo alternativo que reconheça a sua existência vem sendo travada arduamente por movimentos sociais atrelados à pesca artesanal. E é uma luta que oferece enfrentamento ao poder econômico daqueles interessados no espaço que compõe seus territórios, seja transformando suas casas em condomínios de luxo, desconfigurando e esterilizando a lagoa onde tiram seu sustento, ao mesmo tempo em que acontece a deterioração da enseada onde os pescadores utilizam de seu repertório único de conhecimentos para identificar e cercar cardumes.

Utilizo como estudo de caso da situação dos pescadores tradicionais litorâneos aqueles que se reconhecem como *pescadores artesanais de Itaipu*, em Niterói, região metropolitana do Rio de Janeiro, do qual já foram objetos de estudos de muitos pesquisadores. Da extensa bibliografia produzida sobre a localidade de Itaipu e os grupos sociais que os compõe, destaca-se a tese de mestrado de Roberto Kant de Lima (1997), produzida originalmente na década de 70, e que desenvolve uma cuidadosa etnografia dos pescadores de Itaipu,

exatamente no início do processo agressivo de reordenamento de seus territórios. Uma comunidade de pescadores ingênua é descrita, passiva, alheia a esses processos, incapaz de transcender as suas relações lineares, o que de certa maneira, quando primeiramente me deparei com esses textos, obviamente antes de ir a campo, construí os pescadores de uma forma completamente diferente da que eu verifiquei posteriormente: ativos, conscientes de seu lugar no mundo, sujeitos políticos, globais, com relações em rede, capazes de tratar de problemas complexos e de discutir políticas públicas de pesca e de identidade, inclusive no âmbito internacional.

Esse choque inicial ocorreu nos dias 26 e 27 de Junho de 2015, na ocasião da I Marejada Cultural dos Pescadores Artesanais de Itaipu. Tratou-se de um grande evento da ALPAPI (Associação Livre dos Pescadores e Amigos de Itaipu) em parceria com o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP) atrelado à Universidade Federal Fluminense (UFF), a Fundação de Artes de Niterói (FAN) atrelado à Secretaria Municipal de Cultura, e o Museu Socioambiental de Itaipu (MAI/MUSAI), no qual os pescadores junto de seus familiares preparavam pratos tradicionais com pescados de Itaipu dispostos em uma grande feira com atrações musicais de artistas locais, comícios e debates com os pescadores, pesquisadores, familiares e parceiros. Afortunadamente me apresentei como pesquisador e consegui colher todos os depoimentos que estão neste trabalho na ocasião, mais precisamente no dia 27 de Junho, os quais foram todos depoimentos públicos e registrados pelo MAI/MUSAI, que juntou-os ao seu acervo. Dentre os depoimentos reproduzidos aqui, estão os dos pescadores Jairo, Lula, Mauro, Carlinhos e Everaldo, além de Érica, filha, irmã e viúva de pescadores, integrante da comunidade.

No primeiro capítulo desse trabalho, há uma tentativa de condensar a bibliografia que se pretende explicar o que é o pescador de Itaipu, tal qual a etnografia de Kant de Lima (1997), atualizados pelas minhas impressões a campo e por alguns alicerces teóricos dos estudos culturais, principalmente no que se refere aos conceitos de identidade e diferença. Já no segundo, inauguro as questões relativas ao território, traçando um histórico das transformações, principalmente no processo de urbanização e algumas perspectivas sobre a disputa pela significação do mesmo. No terceiro capítulo analiso o processo de luta política, desde as instituições que os representam, passando pelas políticas públicas que pleiteiam, até a produção de identidade como estratégia fundamental na qual essa luta encontra seu ápice.

## 1. IDENTIDADES EM ANÁLISE: O PESCADOR ARTESANAL DE ITAIPU

Começaremos a entender como se dá o processo de formação de identidade em Itaipu no contexto da pesca artesanal por compreender o que significa ser pescador. Para o entendimento dessa categoria social é necessário lançar mão de uma definição de *identidade* que dê conta de localizar esse trabalho dentro de uma perspectiva de investigação. Dessa forma, em detrimento de qualquer visão essencialista que conserve aquele eu coletivo e verdadeiro que os pescadores com sua história de ancestralidade mantêm compartilhado entre si, começo a empreendê-la por considerá-los, sob a perspectiva de uma identidade social, de forma estratégica e posicional (HALL, 2014), pois é construída sempre em oposição à outras e sob narrativas e conflitos específicos de momentos históricos. Ou seja, podemos começar a defini-la dizendo que *pescador* é evocado sob categorias discursivas e estratégias de afirmação específicas, construídas em oposição ao *não pescador*, dentro dos círculos de relações com outros grupos sociais e instituições. Porém, a capacidade definidora do termo *pescador* é limitante, pois é um grupo heterogêneo, de organização complexa, e internamente encontraremos divisões e oposições diversas da mesma espécie que encontramos no grupo social maior em relação ao grupo de pesca (LIMA 1997, p.94).

É preciso que se diga que, mais que tudo, é da pesca que se define a prática social que configura o aspecto fundamental do pescador. E antes de partir para o entendimento local e a renovação de suas representações diante da qual as estratégias discursivas as evocam em Itaipu, é pertinente que entendamos o pescador artesanal como uma categoria geral. A *pesca artesanal* é aquela que os pescadores autônomos usam instrumentos simples na prática da pesca, como os *caícos*<sup>2</sup> e as *redes de arrasto*, participando diretamente da captura e mantendo o controle de todo o seu processo. Segundo Antonio Carlos Sant’Ana Diegues, em contraposição ao pescador individual de práticas estáticas ou de canoas individuais categorizado por ele como *pescador-lavrador*, o *pescador artesanal* traz a novidade do *arrasto*, mais produtivo e predatório que as linhas e tarrafas, possível com a motorização das canoas e baleeiras<sup>3</sup>, permitindo também uma maior aproximação dos pesqueiros, em detrimento da pesca estática nos usos das armadilhas e de linhas dos *pescadores-lavradores* (DIEGUES, 1983, p.193). Porém, já em relação à pesca industrial, os pescadores artesanais podem ser definidos como o grupo que “espera o peixe”, que consegue observar quando os cardumes entram em seus territórios e de lá os extraem, já que as grandes traineiras e

---

<sup>2</sup> Pequena embarcação de duas proas.

<sup>3</sup> Mais um tipo de pequena embarcação, similar a um bote.

atunzeiros motorizados conseguem capturar os peixes saindo em alto mar, com instrumentos eletrônicos de localização e redes mecanizadas de captura.

Os pescadores artesanais, com a produção especializada o suficiente para que sua subsistência seja garantida exclusiva ou majoritariamente através da pesca, portanto, adquire uma outra dinâmica ao ofício que os proporciona um auto entendimento de grupo “possuidor de uma profissão”.

Esta é entendida como o domínio de um conjunto de conhecimentos e técnicas que permitem ao produtor subsistir e se reproduzir enquanto pescador. (...) “Eu vivo da minha profissão de pescador” não significa somente a dependência exclusiva dos produtos da pesca, mas também participar de um grupo que domina os segredos do mar, como se locomover nele, como identificar as diversas espécies de pescado, seus hábitos migratórios, etc. (DIEGUES, 1983, p.197)

Entretanto, os *pescadores-lavradores* são construídos por Diegues enquanto categoria em um contexto onde a pesca desenvolve suas fronteiras de relações dentro de um território ainda rural no litoral de São Paulo. Em Itaipu, essa já era uma realidade em extinção na década de 70, na qual o pescador frequentemente é evocado em oposição ao camponês:

Assim, a oposição de “antigamente” fica definida: regionalmente, o pescador se identifica como superior ao “camponês”, em suma, porque o peixe é mais valorizado e tem mais fartura e porque está mais “próximo” da cidade. Ele tem, assim, uma outra oposição: Itaipu x cidade, antes só atingível por mar ou, com muito sacrifício, por terra. (LIMA, 1997, p. 55)

Com a mudança de configuração do território, a entrada de novas dinâmicas de produção, sua modernização, aliados à urbanização e os novos atores que chegam com ela, a característica rural presente em Itaipu foi gradualmente deixando a região, e a situação que definia o pescador em oposição ao camponês foi por conseguinte passando a ser um discurso de memória e constantemente evocado com certa nostalgia durante esse processo: o camponês que comumente coexistia nos bairros próximos, como Engenho do Mato, Maravista, Terra Nova ou Jardim Itaipu, acaba sendo lembrado na perspectiva do pescador em uma relação no qual se afirmavam superior, onde seu produto era mais valorizado e a sua figura era conseqüentemente prestigiada.

Camponês é o homem do campo. Mas sempre os pescadores representaram mais abastados, mais civilizados, com mais poder aquisitivo, pela própria

aparência, roupa, chapéu, sandália, pode reparar... (Informante em LIMA, 1997, p.55)

Hoje, a maneira como a modernização influenciou no território fez com que as práticas sociais do campo ficassem praticamente extintas da região, substituindo os antigos camponeses por trabalhadores inseridos no mercado de trabalho urbano. As distâncias também ficaram mais curtas nessa nova configuração do território que se urbaniza, tal qual não há mais sentido opor esse pescador à um camponês ou mesmo a um lugar chamado *cidade*, outrora distante, de viagem relativamente longa e demorada no tempo e espaço daquele contexto.

Apesar dessas transformações terem chegado sob o título de modernização pra muitos dos que se beneficiam dela, o pescador não modernizou suas práticas produtivas. Ele conserva o seu modo de pescar. Diferente do camponês, que foi sendo absorvido pelo mercado de trabalho dos setores de serviço ou se proletarizando, os pescadores artesanais “conservam ainda, em maior ou menor grau, a propriedade dos bens de produção e do saber-fazer / conhecer” (DIEGUES, 1983, p.220). Cabe aqui ressaltar a existência de casos onde o pescador tradicional optou por embarcar junto das tripulações das traineiras e da pesca industrial, perdendo o controle do meio de produção e submetendo-se a um “patrão”, mas esse caminho é desprestigiado, por vezes desonroso, porque os pescadores são em geral muito conscientes do papel destrutivo que esse tipo de pesca tem na região e em quanto sua prática tradicional tem sido ameaçada por ela, e, por fim, se a pesca é tida como caminho, optam via de regra por resistir no artesanato pesqueiro, renovando seu repertório de representações frente aos desafios impostos, tais quais as ofensivas dos poderosos e ricos atores, entrincheirando e armando-se com uma crescente carga positivada à sua identidade social de *pescador artesanal* e travando essa batalha no campo simbólico, junto à sociedade, e consequentemente no campo político, que trataremos mais à frente.

É através dessas práticas e conhecimentos desenvolvidos e repassados de forma tradicional sobre o mar, sobre a praia, sobre os cardumes, sobre os ventos, o tempo e outros aspectos particulares de Itaipu que os pescadores artesanais de lá se reconhecem e se afirmam. Apesar de partir do princípio de que essa, como todas as outras, não é uma identidade essencializada e suas representações não podem ser blindadas das transformações que acometem os grupos sociais sujeitos aos processos históricos, a realidade do território no qual

vêm significando por mais de três séculos<sup>4</sup> está sendo radicalmente transformada pelo capital imobiliário de forma vertical, enquanto esses pescadores são excluídos desse projeto e tratados como um empecilho nas pretensões das imobiliárias por resistirem em seus territórios e na sua prática mais importante – a pesca artesanal – da maneira como a desenvolveram ao longo dos anos.

Por um lado, isso significou a resistência desse grupo social aos autoritários processos econômicos pelo qual passaram os camponeses, reféns das transformações que o mercado auferiu sobre seus territórios. Do outro, isso significou que, com o desaparecimento dos contextos econômicos que justificavam a pesca artesanal como prática autônoma, bem como camponeses plantavam, colhiam e trocavam aipim e batata na região (LIMA, 1997, p.54), a posição de prestígio com a qual os pescadores construíram essa oposição se esfacela pra dar lugar a outra posição diametralmente oposta, cultivando entre eles, por muito tempo, uma sensação de obsolescência e desencaixe dentro desse processo de modernização.

À decadência da pesca artesanal que impulsionou essa crise identitária-performática dos pescadores de Itaipu, ainda somam-se outros problemas que enfrentam, além dessa modernização que insere uma dinâmica diferente ao território, que transforma seu entorno e se apresenta de forma hostil aos pescadores, tanto simbolicamente quanto materialmente, ora com as ameaças reais de expulsão por parte da especulação imobiliária, ora com a degradação do meio ambiente, seja a vegetação nativa, a lagoa de Itaipu ou a própria orla marítima que afeta diretamente a prática da pesca, ainda existe o perigo constante do tráfego dos grandes rebocadores, das plataformas e de grandes embarcações da indústria petrolífera no território marítimo dos pescadores. O conflito dessa natureza é descrito pelos pescadores quase sempre enfatizando a distância e a dificuldade de se dialogar com esses atores. O poder econômico e político por trás dessas grandes empresas multinacionais, quando contrastado à minúscula reivindicação dos pescadores, se dilui em ruídos nunca ouvidos, e o que os resta é apenas a sensação onipresente de insignificância e de impotência, que é constantemente compartilhada em seus relatos.

Mauro: Na semana passada um rebocador da Dinamarca levou a minha rede. Eu fui reclamar com ele, não consegui. Fui pro Rio, me mandaram pra Macaé. De Macaé, me mandaram entrar na justiça porque o dono era da Dinamarca. Então pelo que eu tô vendo, a condição do pescador tá igual

---

<sup>4</sup> Não encontrei registros formais da origem da pesca na região, mas tomo como referência a construção do prédio do antigo Recolhimento de São Francisco, onde hospeda-se o atual Museu Socioambiental de Itaipu, que foi construído com óleo de baleia capturado por pescadores locais em 1716. Localmente fala-se que a pesca data da época “dos descobrimentos” (LIMA, 1997, p. 52)

índio<sup>5</sup>: o índio morava ali na beira da lagoa, expulsaram o índio, mandaram ele lá pra Maricá. Então vai chegar a um ponto que não vai ter nem pescador artesanal nem mais índio, por quê? Tão acabando com a pesca e tão acabando com os índios.

Lula: Semana passada encalhou um barco desse aí, quase subiu em cima da minha rede, quase que eu perco a rede inteira, uma rede de arrastão que eu tenho que a gente tava pescando ali. Eles tavam dormindo, o barco dele veio arrastado pelo vento, então encalhou aqui na praia de Itaipu, quase subiu em cima da nossa rede, a gente tava pescando. E se sobe em cima da rede, a gente perdia a rede toda, ia ficar no prejuízo imenso e a gente depois quando que a gente ia brigar com uns homens desse, pedir recurso, pedir o reparo da rede, essas coisas todas, entendeu?

Entretanto, o principal problema ainda são provavelmente os grandes barcos da pesca industrial, as traineiras mecanizadas e os “atunzeiros”, apontados pelos pescadores como os grandes responsáveis pelo desaparecimento dos peixes, de maneira que o cerco que esses barcos montam um pouco mais distante da praia inibem a entrada dos cardumes pra dentro da costa “espantando” os peixes, justamente no raio de atuação dos pescadores de Itaipu. A técnica e a tecnologia dos pescadores artesanais, que não usam os equipamentos de arrasto<sup>6</sup> da pesca industrial, nem os mecanismos e radares de localização de peixes, limitam tanto a escala da produção, quanto a distância que o pescador pode sair da praia para procurar o peixe. No entanto, nos últimos anos, com a escassez de peixes na praia, para driblar as condições precárias da falta de peixe, mais pescadores estão saindo dos limites considerados seguros pelas canoas que dispõem. Muitas vezes, a experiência e a sabedoria acumulada não são suficientes para lidar com determinadas situações do mar, e a distância da costa na qual eles submetem-se, portanto, pode ser fatal em um dia de “mar brabo”. Não é incomum os registros de acidentes, e a pesca artesanal vem se tornando uma profissão cada vez mais perigosa devido à própria precarização ambiental da costa.

Mauro: Não gosto nem de lembrar disso. Ele é meu sobrinho e ela é minha irmã. Há muitos anos atrás, o pai dele tava com um rapaz pescando, a quantos anos? 30? 28, né? E caiu um temporal muito forte e o barco que o pai dele tava era um barco muito baixo, quer dizer, a altura dele é uma altura

---

<sup>5</sup> Referente à aldeia Tekoa Mboy-Ty, oriundo de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, que em 2008 se instalou onde era o antigo sambaqui de Camboinhas, afim de preservar a memória de seus antepassados, segundo eles. A aldeia, depois de duas ações na Justiça Federal e um incêndio criminoso, foi retirada e relocada em Maricá. (FERRAZ, 2013)

<sup>6</sup> Uma das características que diferenciam o pescador embarcado da pesca industrial e o pescador artesanal se dá justamente na maneira que se manipula os instrumentos de pesca. No arrasto artesanal, a puxada se dá nos próprios braços dos pescadores. Na traineira, braços mecânicos puxam as redes do mar. Segundo Diegues (1984, p.220), a dissolução da pesca artesanal justamente se dá pela perda ou separação dos instrumentos de trabalho e da arte de pesca”.

baixa, e ele foi num temporal muito forte, muito vento, e o barco é perigoso, porque ele é baixo e boca aberta. Se é um tempo pra cá, se fosse um barco mais alto, ele poderia não perder a vida. (...) Então, minha irmã é muito nervosa, e ele era um grande amigo, eu era sócio dele, aí fomos lá com um barco de arrastão pra socorrer eles, fui eu e Carlinhos, na canoa de Toti, e nós fomos no barco lá. Quando chegamos lá em Itacoatiara, eu avistei de longe uma boia de pescador com aquela mãozinha, estendeu a mão. Esse pescador era muito mais velho que o meu cunhado, meu cunhado era mais novo, aí eu falei assim: a lá, eu acho que é Hilton, meu cunhado. Quando nós nos aproximamos, aí encostamos, amarramos ele, puxamos ele, ele não deu uma palavra. Aí eu perguntei, cadê Hilton? Ele... (sinalizou negativamente) aí desmaiou 5 minutos, e se demorasse mais um tempo, ele morreria também.

Jairo: A UFRJ tá trazendo, como o Felipe colocou, esse acervo técnico, porque a gente, na técnica, tem que entender o jeito, o local, que a gente pesca e tal porque a gente tem conversado e realmente a gente tá saindo mais fora por conta do recurso natural estar baixo aqui na costa, e isso realmente gera um custo muito grande que é o risco.

Mas apesar dos riscos, dos problemas, da constante desvalorização de seu trabalho e da incerteza de uma produção sazonal, completamente incompatível com a racionalidade da nossa sociedade global, que transfere essa instabilidade à própria organização social, o que faz com que esses pescadores se mantenham firmes na resistência por suas práticas sociais e seu modo de vida, que compõem tão orgulhosamente sua identidade? Roberto Kant de Lima diz que é só “compreendendo que é através do estudo das pescarias, e não nelas é que se vai conseguir entender a mística que leva esses homens, suas mulheres e filhos a reproduzirem uma atividade tão esdrúxula” (LIMA, 1997, p.64).

Os pescadores de Itaipu tem uma morfologia social específica, na medida que a natureza começa a definir seu calendário e o seu tempo torna-se o tempo do mar. Pescador no verão tem um horário, no inverno, outro. Em dia de chuva, em dia de sol. Em dia de vento sudoeste, em dia de vento nordeste. Quando ele escolhe o *arrasto*, ou quando ele escolhe a *rede de malha*. A dinâmica da pesca não favorece prognósticos precisos, mas a experiência adquirida faz com que o pescador que tiver o maior repertório de conhecimento consiga ampliar o controle sobre o mar. Esse pescador costuma ter status e poder dentro do grupo social; suas decisões são respeitadas pelos outros pescadores, que reconhecem nele a possibilidade de prognósticos mais precisos em relação aos outros, que se mesmo frustrando a pescaria hora ou outra, detém a legitimidade da decisão e o poder de explicá-la (LIMA, 1997).

Das variáveis condicionantes naturais para os prognósticos da pesca em Itaipu<sup>7</sup>, podemos citar os ventos, a lua que regula as marés, as condições do mar, tal qual *transparência, temperatura e movimento* das águas e o comportamento das várias espécies de peixe que frequentam o espaço marítimo de Itaipu. O “saber naturalístico”<sup>8</sup> representa o repertório de conhecimentos sobre o território, a natureza e o meio ambiente e é a forma que se tem de aumentar a previsibilidade da produção. Aqueles que conseguem instrumentalizar esse conhecimento adquirido nos anos de prática da pesca e no domínio das técnicas e tecnologias desenvolvidas de acordo com as especificidades da natureza, fazem a pescaria ser mais produtiva e portanto, tem aí um componente importante que vai não só pautar as hierarquias dentro do grupo social, como também compor o repertório de saberes daquele território, que os consolidam como pescadores artesanais *de Itaipu*.

Todas essas variáveis são organizadas pelos pescadores em praticamente dois grandes momentos do ano: o *verão* e o *inverno*, que não se resumem só ao encaixe desses prognósticos em uma determinada marcação do tempo, muito menos às ordinárias estações do ano que traz consigo apenas as características do clima, mas também define um determinado entendimento do tempo<sup>9</sup> que se dá alheio àqueles que não são pescadores. As comunidades tradicionais que vivem da pesca artesanal têm, então, em relação ao *não pescador*, uma percepção do tempo diferente, tanto no que se refere à passagem contínua dos fatos quanto na própria invocação de sua memória. Para além de uma percepção cosmológica do tempo, trata-se aqui de uma percepção fenomenológica. Há uma dificuldade enorme de localizar as falas dos pescadores no tempo, inclusive, porque suas memórias são evocadas sob certos marcos referenciais como “antigamente”, “no tempo do meu vô”, etc. A datação é quase sempre lançada por alto, quando se preocupavam em fazê-la:

Carlinhos: *Antigamente* tinha muito peixe, né. Era muito peixe mesmo. Mas hoje em dia, cadê o peixe. Você que trabalhou comigo você sabe. Era pescaria de arrastão, depois era, quanto a gente tinha aí? Eram 12 canoas de arrastão, né? 8 pessoas em cada tripulação. Tinha 7 canoas de pescar de rede alta, com 4 pessoas cada uma. Cerca de uns 40 anos atrás. Daqui pra cá foi só diminuindo.

---

<sup>7</sup> Como alerta Kant de Lima, “todos os informantes foram unânimes em advertir que “isso é aqui em Itaipu”, o que lhes confere, sem sombra de dúvida, característica de representação coletiva do grupo de pescadores de Itaipu” (LIMA, 1997, p.101).

<sup>8</sup> Termo utilizado por Roberto Kant de Lima (1997) pra se referir ao conjunto de saberes tradicionais relativos à natureza.

<sup>9</sup> Tendo aqui a “preocupação de tratar “tempo” como Kant de Lima observa em Durkheim, isto é, “compreendendo que esta categoria tem seu conteúdo preenchido distintamente em diferentes grupos sociais” (1997, p. 125).

Muita expectativa por parte dos pescadores é gerada quanto às mudanças de estações, porque isso significa performances igualmente diferentes de grupo, como por exemplo o antigo “cerco”<sup>10</sup> da tainha, realizada no inverno, cujo seu excedente era ritualizado pelos pescadores e encarado como o principal momento de afirmação da identidade (LIMA, 1997). Enormes cardumes visitavam a praia de Itaipu e o seu “cerco” era extremamente produtivo, tanto economicamente quanto simbolicamente. Roberto Kant de Lima escreve sobre o “cerco” da tainha:

A produção de um excedente “extraordinariamente previsto” implica uma euforia social, exacerbando-se as trocas e dádivas, com as consequentes afirmações dos desequilíbrios da hierarquia social. A “pescaria da tainha” é, assim, o ponto focal do inverno, a síntese da vida comunitária de Itaipu, constituindo-se numa apropriação ritual do excedente para reafirmação da “estrutura” social. (LIMA, 1997, p.252)

Atualmente a tainha já não aparece mais na praia e o seu desaparecimento é não só o fim de uma das fontes de renda mais lucrativas e certas dos pescadores, mas também o fim de uma forte representação da sua identidade de grupo, bem como do próprio *inverno* enquanto sinônimo de *fartura*, e esse significado é evidenciado quando é constantemente citada sempre com fortes cargas de nostalgia.

Everaldo: Nós tínhamos uma pescaria de tainha, que a gente ficava de vigia lá em baixo na pedra, lá perto onde hoje é Camboinhas. Então, quando o peixe vinha, a gente sinalizava, ia pra cima e pra baixo batendo com pano, então a gente sabia, chamando a embarcação pra cercar a peixaria. E nós nessa época a gente já sabia a qualidade e calculava a quantidade do peixe. Aí era tonelada né, nessa época. Por exemplo: jogava uma rede na frente, outra atrás, e até três redes e vinha peixe e a gente aproveitava todos eles, agora quase que não dá.

Mauro: E ali, né, eram 12 barcos, quando tinha o cardume de tainha, cercava 3 barcos, um atrás do outro, o primeiro puxava, sobrava um bocado de tainha pro segundo e sobrava pro terceiro. E ali, né, morria uns 7 mil quilos de tainha. Aí botava um monte na praia. Tinha tainha ovada de 5, 6, 7 quilos. Muitas vezes vinha caminhão buscar tainha aqui porque a quantidade era muito grande. Aí com o passar dos anos foi só diminuindo. Aí chegou um ponto que passou uns 5 anos caiu já pra 800 kg. E foi só caindo. Hoje não tem mais arrastão de tainha. Tem de lanço, mas tainha não tem mais. Eu pesco hoje de rede de espera, rede de malha. Tem dia que pega 2 ou 3

---

<sup>10</sup> Pescaria de cardumes, os quais são identificados no mar, cercados pelos barcos e atraídos para a rede, que é puxada na praia no tradicional *arrasto*.

tainhas. A pesca da tainha foi uma das pescas que diminuíram 95% aqui na praia de Itaipu.

Lula: Eu olho as vezes no *Facebook* e vejo lá aquele pessoal de Santos, Florianópolis, tudo matando 2 mil, 3 mil tainhas, troço que a gente matava aqui. Hoje em dia eu vejo aquelas quantidades imensas de tainha que os caras pegam lá e dá a maior tristeza na gente porque hoje não tem uma sequer tainha.

A pesca de arrasto era importante representação da comunidade justamente pelo poder de mobilizar dezenas de pescadores e também banhistas, admiradores, moradores – e alguns outros mais esperançosos de ganhar o peixe que abastecia a mesa do almoço como recompensa pelo esforço – que ajudavam na puxada do arrasto da praia de Itaipu. Era um momento em que a sua identidade era afirmada à uma comunidade que partilhava daquele espaço da praia. O momento do *arrastão* era tão rico de significado, que o seu fim é sem dúvida o grande símbolo de decadência da pesca artesanal. Assim sendo, enquanto *antigamente* o *inverno* era descrito como uma época de fartura e de aglutinação quando a tainha aparecia e a praia ebulia de significados, hoje o *inverno* é caracterizado como uma época de escassez e evocado com profunda nostalgia. Já o *verão* ainda continua sendo construído pelos pescadores em oposição a um *inverno*, só que de papéis trocados. No passado, o *verão* era evocado como uma época de dispersão e incerteza porque existia um *inverno* da tainha<sup>11</sup>, de aglutinação e certeza. Nesse *verão* era a época do “lanço à sorte”<sup>12</sup>, de indefinição do pescado, marcado pela expectativa da chegada do *inverno*. Hoje é tido como esperança de obter algum lucro no pescado, e ainda que *fartura* não seja mais usado pra descrever essa estação por nenhum pescador de Itaipu que mantenha relação com seu passado, seja empiricamente, seja através da memória de seus ancestrais e mestres, o *verão* passou a ser prestigiado com a expectativa, apesar da euforia entorno da pesca da tainha que marcava a diferença entre *verão* e *inverno* ter acabado em Itaipu.

Lula: Hoje a gente não põe nenhuma caixa de parati, o parati sumiu de uma tal forma que a gente não pega mais parati, tainha... às vezes no verão o que nos safa ainda aqui é uma pesca de uma lula, que a gente apanha às vezes uma lula no verão. Às vezes baixa um xerelete aqui a gente vai com *arrastão*

---

<sup>11</sup> Bruno Leipner Mibieli (2004) conclui que na verdade a pesca da tainha, que se traduzia em *inverno*, só se caracteriza em *ritual* por causa da existência de um *verão* de incerteza e dispersão.

<sup>12</sup> *Lanço à sorte* é a terminologia que determina a pesca de arrasto que não é feita com a predisposição de pegar um cardume específico, mas sim, peixes variados *à sorte*. Um fenômeno interessante que notei foi que os pescadores em nossas conversas quase nunca usavam essa terminologia, ao contrário dos depoimentos dispostos nas bibliografias. Arrisco a dizer que com o fim da tainha e a decadência da pesca de cardume, o *lanço à sorte* passou a ser a estratégia padrão do arrasto, e a oposição que o construía em relação ao *cercos* foi se diluindo, não sendo tão marcada nos depoimentos.

a gente vai cerca e pega. E isso aí vai só acabando. Se a gente não proteger mais esse pedaço de Itaipu aqui, esse canto aqui, Canto do Prato que a gente chama, se a gente não proteger ele, a gente vai ficar cada vez mais defasado.

As mudanças na praia de Itaipu são, portanto, inegáveis e acontecem alheias às vontades dos pescadores. A modernidade que os alcança sem dúvida prejudica sua prática social mais importante. Na água, renovar o repertório de conhecimentos, técnicas e tecnologias é preciso devido à mudança da disposição de peixes, mas há um limite nisso. O pescador tradicional detém o “saber naturalístico” adquirido através de gerações, que contribui para a adaptação das técnicas da pesca artesanal utilizada em todo litoral brasileiro, mas dentro das especificidades da praia de Itaipu, do seu desenho geográfico, sua variedade de ventos, movimentos dos cardumes, etc. O pescador conhecia bem o tempo que a natureza mudava e exigia dele a atualização de suas técnicas, que por si só não carrega nenhuma condição imutável, resistente às modificações. Diegues analisa a passagem da pesca em canoa a remo para canoas motorizadas como símbolo da formação de uma “ideologia da pesca”, evidenciando uma mudança tecnológica importante e consolidadora, e ainda acrescenta que:

O surgimento dessa ideologia como conjunto de valores próprios aos pescadores artesanais estaria associado não somente ao domínio de técnicas de pesca mais produtivas, mas também a uma vinculação maior com o mercado dos produtos do mar. (DIEGUES, 1983, p.201)

Com todos esses problemas, seja na mudança repentina de comportamento dos peixes estimulados pela nova movimentação do espaço marítimo ou poluição da água, seja pela expulsão da orla, afastando os pescadores da praia e prejudicando práticas tradicionais como a pesca de *cerco com vigia*<sup>13</sup> ou mesmo por outros fatores que a modernização acelerada transforma, o pescador é obrigado a se adaptar numa velocidade diferente da dinâmica que a sua organização social estava acostumada. Muitos pescadores reagem negativamente à determinados avanços tecnológicos, porque muitas vezes esses avanços significam abandonar seu repertório de conhecimentos para adotar instrumentos modernos de localização, deslocar-se para fora da enseada e capturar os peixes, ou seja, abandonar práticas dos quais justamente diferenciam-se das traineiras e da pesca industrial. Diegues levantou casos no litoral do Brasil de mestres de traineiras provenientes da pesca artesanal que destruíam ou boicotavam equipamentos durante a introdução de tecnologias como a “ecossonda para identificação

---

<sup>13</sup> O *vigia* morava na região. Era o encarregado por vigiar os cardumes e avisar os outros pescadores. A função de *vigia*, desde o desaparecimento da tainha, caiu em desuso.

eletrônica dos cardumes e o piloto automático para facilitar a navegação”. Segundo Diegues (1983, p. 201),

Não se tratava de uma selvageria de mestres ignorantes, mas uma forma de proteger o conjunto de conhecimentos adquiridos pela experiência e pela tradição e que se identificava com a própria possibilidade de sobrevivência enquanto pescador e que era tido como ameaçado pela nova técnica.

Pescar como eles pescam, munidos da experiência e orientados pelos prognósticos calculados em cima dessa coleção de “saberes naturalísticos” trazidas de seus antepassados é condição fundamental pra que haja o pescador artesanal. O que está em jogo portanto é um modo de vida diretamente associado com o modo de produção.

Há momentos ainda em que certas mudanças de técnicas são parcialmente aceitas, ou melhor, absorvidas, mas não sem haver conflitos. Um bom exemplo disso é a *rede de malha*, ou *rede de espera*, que consiste basicamente em uma técnica de pesca na qual uma rede é deixada num dia para ser recolhida noutro. Roberto Kant de Lima (1997) diz que essa forma de pesca é relativamente *nova* em Itaipu, pois é praticada desde 1963. Na época de sua tese, originalmente publicada em 1977, já levantava o conflito devido à nova estratégia deixar muitos resíduos “espantando” os peixes quando ao momento da retirada da rede, especialmente quando a técnica a se seguir fosse o “cerco” de cardumes, tal qual a tainha (LIMA, 1997, p.87).

Com o desaparecimento da tainha, a pesca de “cerco” perdeu espaço; o “arrasto” – o momento ritual – foi gradualmente sendo substituído pela “rede de espera”, e hoje apenas dois pescadores mais tradicionais mantêm as redes de arrasto pra uma eventualidade, um cardume que possa aparecer na praia, ou talvez mais que isso. Bruno Leipner Mibieli desenvolve a tese de que Lula e Cambuci mantêm as redes também “pela tradição local e por um processo de querência, em que um sentimento de nostalgia sempre presente remete a uma época de festa e fartura” (2004, p.35).

Mauro: Muitos pescadores de arrastão foram largando o arrastão e foram trabalhar de rede de espera. Eu fui um deles. Aí ficou só dois de arrastão hoje em dia, que é o do Lula e o do Cambuci, até o ano retrasado ainda cercava alguma tainha por aí, mas agora nem cerca mais tainha. A rede da tainha agora bota arrastão pra matar corvina, xerelete, lula.

Todas essas modificações em suas práticas, precisamente as que obrigam pescadores a romper representações de sua própria identidade, trazem à tona um ambiente de intensa

desconstrução daquilo que venha a ter sido um dia *pescador artesanal de Itaipu*. Isso evidentemente traz consequências à maneira em como esses sujeitos se veem no mundo. Sônia Regina da Cal Seixas Barbosa (2004) identificou através de seu trabalho que havia um número significativo de pescadores e familiares de Itaipu com diagnóstico de depressão junto ao serviço público de saúde. A falta de um “projeto social de existência” gera sofrimentos e angústias que estão relacionados diretamente com essa crise de identidade social. A materialidade desse processo é a “dor da alma”, e não há possibilidade de superá-las sem um “projeto de sociedade que insira os sujeitos e suas identidades sociais definidas e plenas, com seu caráter político e transformador”.

E para a investigação da origem dessas modificações, a quem elas servem, sob que prerrogativas elas se dão e, principalmente, como os pescadores reagem a ela, devemos refletir também sobre aquilo que constitui o território no qual esses pescadores representam suas identidades.

## 2. ENTENDENDO O TERRITÓRIO: POR UMA ITAIPU DAS COMPANHAS

As tentativas de se definir o *pescador artesanal de Itaipu* são inúteis se *Itaipu*, como *território*, não for analisado dentro dos aspectos históricos que o forma e dos discursos que permeiam os atores que lá coexistem, material ou virtualmente. A começar essa sessão, é importante conceituarmos o que estamos chamando de *território*.

Entendo aqui o *território* não apenas como o recorte do chão, ou como uma região administrativa rasgada por fronteiras artificiais estabelecidas pelos atores hegemônicos, sobretudo em Itaipu, onde a especulação imobiliária exerce todo seu poder econômico, mas sim como um “território usado” (SANTOS, 1999), no qual os indivíduos exercitam a vida, desempenham papéis e representam aquilo que os definem como são, assim como os pescadores de Itaipu chamam de *Itaipu* aquele lugar que o arrasto orgulhosamente os define por permitir desempenhar o *ser pescador*, palco de seu trabalho. Espacialmente, se estende em meia lua do Morro das Andorinhas, a oeste de quem se põe encarando o mar, até a Ponta da Galheta, a leste – mesmo que a especulação imobiliária tenha cortado a praia em duas na construção do Canal de Itaipu e batizado arbitrariamente uma das partes de Camboinhas – englobando toda área marinha circunscrita à enseada, delimitada ao norte, como extensão do Morro das Andorinhas, pelas Ilhas da Menina, do Pai e da Mãe.

O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 1999, p.8)

Importante entender que há uma *Itaipu*, portanto, como um território construído dentro da perspectiva dos pescadores artesanais locais, e não como um objeto definido a priori, que se limita ao espaço físico, ou seja, através do espaço como é representado, valorado, preenchido pelos grupos que dele se utilizam. Nessa definição de Itaipu, são os pescadores, sua vivência e suas representações de identidade, que vão moldando os limites desse território não circunscrito em nenhum registro cartográfico oficial, mas tendo seus limites e fronteiras consolidados em cada um dos indivíduos que lá pescam e vivem. Desse modo, diferentes performances e discursos permitem ainda que *Itaipu* consiga ser construída, quando em oposição à “Niterói”, fazendo suas fronteiras com o Largo da Batalha; ou com o Cantagalo, opondo-se à Pendotiba; “na entrada do Engenho do Mato, opondo-se aos antigos “camponeses” da fazenda; no cemitério, opondo-se à Fonte” (LIMA, 1997, p.63).

Assim, de uma abrangência inicial (Itaipu, 2º Distrito de Niterói, que se estende do Largo da Batalha até a praia), conforme se definem as relações sociais inscritas nesse espaço, ele vai se moldando, até indicar uma verdadeira morfologia social, fundada em oposições que visam delinear, de forma nítida, certas identidades sociais. (LIMA, 1997, p.52)

Da década de 70 pra cá, entretanto, quaisquer recortes territoriais que se compreendam em *Itaipu* vêm sofrendo transformações significativas, apresentando novos atores e dinâmicas na qual as relações entre os grupos se dão, tanto no espaço *marítimo* quanto no *terrestre*, de uma forma na qual a estrutura que sustenta a morfologia social do grupo dos pescadores não dá conta de inseri-los nesse projeto de Itaipu que vai sendo montado, do mesmo modo que esses novos atores, projetos e dinâmicas não conseguem incorporá-los. Isso significa a construção de um pacote de mudanças e adaptações radicais em sua organização social, suas práticas rituais e seus modelos de afirmações, proporcionais às mudanças que ocorrem no território onde, com maior ou menor dificuldade, sobreviveram. Afinal, eles existem e se reconhecem como tal ainda hoje, apesar da onipresente sensação de que houvera um *pescador artesanal de Itaipu* em um passado, mais *legítimo*<sup>14</sup> que o de hoje e que não voltará mais.

Mauro: Começou na época de 70. Na época de 70, quando a *Veplan*<sup>15</sup> entrou em Camboinhas, Camboinhas era só a restinga, e era mato puro. A *Veplan* para fazer empreendimento em Camboinhas, agora tá um modelo ali né, Camboinhas é um dos grandes modelos em Niterói. E ali na beira da Lagoa de Itaipu, em volta de Camboinhas ali morava aldeia de pescador, essa colônia de pescadores aqui tinha na lagoa lá, entendeu? E em 70 pra fazer o loteamento ali da *Veplan* em Camboinhas, eles abriram o canal e ali foram obrigados os moradores a se vender pra trocar de residência. Eles compraram as casas dos pescadores e eles saíram da beira da praia. Muitos pararam em Maravista, Engenho do Mato, outros foram pra Cantagalo, outros pro Largo da Batalha, e ali começou o enfraquecimento da pesca de Itaipu. Ali foi indo e foi indo, né, a tainha, ela tinha que o pescador ficar na beira da praia que a tainha, vinha com cardume, pescador morando na beira da praia, pescador cercava.

Uma agressiva política de incentivo à expansão imobiliária vem se seguindo desde então. A construção da Ponte Rio-Niterói em 1974 traz à Niterói um fluxo muito maior de pessoas e demanda por condições de moradia, que se refletiu em um processo de ocupação muito radical na cidade, principalmente na Região Oceânica, onde se situa o bairro e a praia

---

<sup>14</sup> “Aquilo é que era pescar”. Entrevistado nos becos do Canto de Itaipu toda vez que se fala no tempo passado.

<sup>15</sup> Veplan – Residência Companhia de Desenvolvimento de Turismo Territorial Itaipu. Companhia responsável pelo loteamento e comercialização de Camboinhas.

de Itaipu. Essa ocupação seguiu a lógica seletiva e excludente de um mercado imobiliário que loteava e vendia a terra em toda a região, subsidiado por uma série de marcos regulatórios e políticas públicas que respaldavam a lógica de urbanização impressa na Região Oceânica (FONTENELLE, 2013, p.176). Da década de 70 até os anos 2000, a população da Região Oceânica quintuplicou, tendo taxas de crescimento demográfico anual que beiraram a 10% durante a década de 80, enquanto a cidade teve uma média de 1% de crescimento anual (SALANDIA, 2004). Aumentaram as áreas de média e alta densidade urbana de 2,4% para 38,8% nesse período (WERMINGHOFF et al, 2012), com crescimento de 112% das áreas urbanizadas e 600% do número de domicílios no local nos últimos 40 anos (FONTENELLE, 2013), números que trazem a dimensão dessa movimentação imobiliária.

Isso se deve porque Itaipu é uma praia “linda”, plana, com encostas cobertas com o verde da mata atlântica em um exuberante conjunto “paradisíaco” cujo valor dentro das expectativas do mercado imobiliário o trouxe com toda a intensidade até aquela região. A construção da *Ponte*<sup>16</sup> simboliza a sede de desenvolvimento e resume os projetos de infraestrutura característicos das políticas da ditadura militar no Brasil. A possibilidade de atravessar a Baía de Guanabara em poucos minutos via automóvel aproximou Niterói do Rio de Janeiro e, conseqüentemente, demandou que o lugar se tornasse um atraente investimento para o consumo de um grupo social seletivo capaz de pagar pelo promissor balneário. Em Itaipu e Cambinhas, a *Veplan-Residências* juntou-se à antiga *Companhia Territorial de Itaipu S/A*<sup>17</sup>, formando a *Veplan – Residência Companhia de Desenvolvimento de Turismo Territorial Itaipu* (GONÇALVES, 2010), a qual seria protagonista das transformações territoriais mais importantes e citadas pelos pescadores artesanais de Itaipu, junto ao poder público. Este último investia na infraestrutura e nas intervenções ambientais que subsidiavam o mercado imobiliário na cidade, “como o aterro de porções da margem das lagoas e a abertura de um canal permanente com o mar na Lagoa de Itaipu”, que viria a dividir, no espaço da praia, Itaipu de Cambinhas (FONTENELLES, 2013, p.176).

A *Veplan* então, em 1976, apresentou à prefeitura de Niterói o *Plano Estrutural de Itaipu* feito pelo escritório de Harry J. Cole. Inspirado nas cidades balneárias americanas e europeias, o projeto inseria uma *comunidade planejada* na região contendo nele novos conceitos de urbanismo, como as ruas sem saídas (*cul-de-sac*) e as ruas para pedestres,

---

<sup>16</sup> A *Ponte Presidente Costa e Silva*, popularmente conhecida como *Ponte Rio-Niterói*, ou apenas *Ponte*.

<sup>17</sup> Companhia que havia feito em 1943 o Plano Estrutural de Itaipu, de Sabóia Ribeiro, logo após Itaipu ser incorporado à cidade de Niterói.

exclusivamente para uma ocupação elitizada. Fazia parte do projeto também anunciar o investimento nos meios de comunicação disponíveis, inclusive na televisão.

O projeto inicialmente previa o loteamento das áreas próximas às praias de Itaipu e Camboinhas e ao redor da Lagoa de Itaipu, antes quase exclusivamente ocupadas pela colônia de pescadores locais. No processo, a praia foi cercada com arame farpado, a vegetação nativa de mata ciliar foi destruída e as dunas que guardavam sítios arqueológicos e *sambaquis*<sup>18</sup> de 8 mil anos de idade foram aplainadas (GONÇALVES, 2010). Na lagoa, questões ambientais travaram o projeto da construção de uma imponente marina junto ao *apart-hotel* construído na restinga, mas o canal de Itaipu, que visava ser o acesso do mar à marina, foi concluído e então a praia de Itaipu foi dividida. O impacto ambiental, proveniente também do acúmulo de esgoto oriundo das novas residências, acabou causando significativas transformações no ecossistema que, segundo os pescadores, prejudicou a pesca artesanal na lagoa, em especial a do camarão, a ponto de quase exterminá-la.

Érica: Eu sempre comento sobre a praia, esteticamente falando, mas também, não é só estética, tem que ver isso, né: depois que abriram o canal, a pesca ficou péssima, porque tinha aquele período certinho de abertura da lagoa, e eu acredito que isso tenha influenciado nessa falta de peixe, e também nesse processo aí do esgoto. Talvez, se não tivesse essa abertura... Abrindo a lagoa, os grandes empreendimentos têm como escoar todo o esgoto, então “vamos aproveitar. Já que tá aberto ali, vamos fazer a festa”. Acho que foi muito prejudicial aquele canal.

Jairo: A Lagoa de Itaipu, lugar que me sustentou, uma riqueza muito grande de camarão, de várias espécies, um grande berçário, mas foi destruída. A Lagoa de Itaipu ela se perdeu, ela tá na metade do que tava, era vegetação natural, matas ciliares, então o ecossistema era puro. Então a perda da produção pesqueira se dá em conta do modelo econômico que se cria, porque eles não respeitam a natureza.

Os novos loteamentos que se seguiam na década de 80 e 90 traziam “modelos de condomínios horizontais na região litorânea, com elevado padrão de segurança, qualidade habitacional e equipamentos públicos, além da proximidade à belas paisagens, tornando-se altamente atrativos” (FONTENELLE, 2013, p.176). Na realidade, a *Veplan* conseguiu retirar todos os pescadores da região de Camboinhas, em grande parte, através da compra direta das propriedades, visto que a maioria delas não eram pertencentes aos pescadores, e sim dos “cabeças de burro”, como denominavam os proprietários de terra da qual a moradia dos pescadores era assentada (LIMA, 1997, p.57). Aqueles que resistiram, que optaram por não

---

<sup>18</sup> Depósitos fossilizados construídos por povos pré-históricos, geralmente rico em objetos de valor arqueológico.

vender imediatamente, tiveram subsequente contraste no custo de vida com a nova dinâmica que o loteamento urbanístico elitista da *Veplan* trouxera para Camboinhas, o que cedo ou tarde fez com que os pescadores fossem obrigados a vender suas casas por não terem condições de se adequar aos novos custos. O Canto de Itaipu, região da praia de Itaipu mais afastada do canal, próximo ao Morro das Andorinhas, acabou sendo negligenciado em meio ao enorme esforço que a *Veplan* fazia para manter seu projeto de *cidade planejada* em Camboinhas. Inúmeras disputas se seguiam, principalmente de caráter ambiental, o que manteve a comunidade dos pescadores na praia de Itaipu, ainda que em número reduzido, enquanto a grande maioria dos pescadores de Camboinhas foi pulverizada na região.

Toda essa lógica de ocupação trouxe consigo a amplificação das desigualdades sociais. Favelas e regiões de baixo poder aquisitivo foram crescendo em torno dos loteamentos e condomínios, muitas das quais abrigam alguns pescadores e familiares. Itaipu é a única praia que há transporte público direto e acessível, com linhas de ônibus municipais e intermunicipais regulares. Piratininga, Itacoatiara e Camboinhas passaram por um processo de ordenamento urbano que aufere um caráter de espaço privado e exclusivo aos seus moradores, e exclui o cidadão que deseja acessá-las de transporte público ou até mesmo de carro (BARBOSA, 2004).

Muito disso se deve às extremamente articuladas associações de moradores<sup>19</sup>, que até então vêm sendo bem sucedidas em manter a lógica constituída de privatização do espaço, com segurança, pavimentação, serviços de saneamento e limpeza por vezes inteiramente privados, constituindo um poder político importantíssimo. Tal modelo colocado pelas associações já culminou inclusive em disputas judiciais com moradores quando estas exigiram pagamentos de mensalidade, apesar da ampla maioria defender a atuação delas para a garantia da qualidade de vida do bairro. Há inúmeras cancelas com porteiros particulares controlando a entrada e saída de pessoas em áreas teoricamente públicas, inclusive as de acesso à praia. Camboinhas e Itacoatiara, por exemplo, têm uma única entrada com guarita da Polícia Militar com alguns avisos de “este lugar está sendo filmado”, consolidando a sensação permanente de se estar em um condomínio privado (GONÇALVES, 2012).

A mentalidade que regia – e ainda rege – o mercado imobiliário crescente que loteou Itaipu e imprimiu tal lógica de urbanização excludente e privatizadora do espaço não deu conta, portanto, de incorporar o pescador. Os novos fluxos modernizadores que chegam

---

<sup>19</sup> São as mais importantes: SOPRECAM, Sociedade Pró Preservação Urbanística e Ecológica de Camboinhas; SOAMI: Sociedade de Amigos e Moradores de Itacoatiara; AMORBELA: Associação de Moradores da Beira da Lagoa, de Piratininga.

mostram-se violentos não só pelas transformações materiais no lugar, tal qual a expulsão dos pescadores de seus territórios pelas autoritárias negociações, dadas no campo absolutamente desigual do poder econômico entre o pescador, até então individualizado e sem força política, e a *Veplan*. Também acontece pela forma como a construção simbólica dessa nova Itaipu o exclui. A diminuição da produtividade e os prejuízos à pesca artesanal, sua principal prática social, é um dos sintomas desse processo e portanto, segundo Kant de Lima (1997, p. 52), “acentua-se os problemas de “identidade” do grupo, impedido que se encontra de definir-se como tradicionalmente o fazia, nas palavras de um deles, pela “produção”, em vista da transformação do lugar em loteamento turístico”.

A *Veplan* encarrega-se hoje<sup>20</sup> de “vender” pela televisão, rádio, jornais, revistas e cinemas a imagem dos pescadores como “primitivos” e do local como “paradisiaco”, além de outros adjetivos bem conhecidos do discurso etnocêntrico que sistematicamente joga na natureza aquilo de que culturalmente não se quer apropriar. Pois nada diz de seu trabalho árduo, de seus conhecimentos acumulados por gerações, de sua tarefa estrênuo de “dar o sustento a essa gente toda” segundo eles mesmos, utilizando-os apenas como engodo para atrair compradores ávidos de “natureza”, que sua própria visão distorcida transforma e deteriora. (LIMA, 1997, p.53)

E dessa forma a estrutura que vai se instalando dissolve os grupos existentes pra inserir novos, que não admitem a existência do pescador, minando suas formas de afirmação frente ao reconhecimento desses outros grupos, ou melhor, admitem dentro de uma visão etnocêntrica que não compreende seus signos, tal qual nas relações de trocas com os antigos camponeses, ou com os grupos sociais que de alguma forma se atualizam em Itaipu. Os novos atores trazidos – inicialmente uma classe média e alta consumidora das *comunidades planejadas* vendidas pela *Veplan* – constroem os pescadores como o “primitivo”, como Kant de Lima coloca, aquilo que não quer ser incorporado e é jogado à “natureza”. Com esse cenário montado, eles encontravam na pesca de arrasto da tainha as condições de afirmação que precisavam, pois é o momento da produção, “não só em termos financeiros, mas do ponto de vista de uma definição interna, a qual como que recompõe e restaura hierarquias” (LIMA, 1997, p.53), justamente no território onde inicialmente estávamos descrevendo aqui, que compreende a porção de terra e mar da qual a *Itaipu* que os *pescadores artesanais de Itaipu* se referem. Mas como o fazê-lo se a principal prática ritual de afirmação da sua identidade – a pesca de arrasto da tainha – se esgotou, já que os cardumes de tainha não mais são vistos no mar de Itaipu pros grandes cercos de outrora?

---

<sup>20</sup> Final da década de 70.

Antes de responder a essa questão, é necessário que se entenda o mar como parte integrante dessa Itaipu construída sob a perspectiva da pesca. É no mar que os pescadores passam a maior parte do tempo enquanto desempenham tal papel. É desse território marítimo que o conhecimento que compõe os prognósticos positivos e as hierarquias internas é adquirido. É nesse território que é capturado aquilo que define esse grupo social: sua produção. E por lá também circulam atores que interferem no território e se correlacionam com os pescadores, assim como existem normas estabelecidas dentro do próprio grupo social de ordem de exploração desse território; uma espécie de direito consuetudinário montado a fim de garantir a sustentabilidade local, o “direito à vez”.

Esse contrato visa disciplinar, na pescaria “de lanço”, a utilização dos “pontos de pesca”, estabelecendo normas que assegurem sua exploração concomitante e isolada ou ordens de sucessão para sua exploração conjunta. (LIMA, 1997, p.205)

Essa normatização e ordenamento do uso do espaço é descrito pelos pescadores como um “acordo de cavalheiros”, porque não se trata de uma norma escrita, mas de um contrato verbal e consensual respeitado pelos pescadores de Itaipu com o objetivo de evitar prejuízos para as pescarias. Trata-se de um recurso extraído da natureza, cujo ordenamento – o “direito à vez” – é necessário para sua extração harmônica e o equilíbrio dos ciclos das espécies de peixes. É também um mecanismo que identifica os pescadores que são “de dentro” e os que são “de fora”, no qual o conhecimento das normas consuetudinárias é importante para legitimação daqueles que participam da dinâmica da praia de Itaipu e da apropriação de recursos (CARVALHIDO, 2012), de maneira que em outros lugares existem outros contratos consensuais que normatizam a exploração e que são compreendidos por aqueles pescadores.

No entanto, os fluxos modernizadores e os novos atores, como já descrito anteriormente, alteram o espaço do mar. Respeitar o “direito à vez” não garante mais o reaparecimento do cardume de peixe, pois existem forças alheias a eles que estão lá alterando esses ciclos e que não reconhecem os discursos atribuídos à legitimação da exploração do mar construídos tradicionalmente pelos pescadores, muito menos tem a relação afetiva e a preocupação com a sustentabilidade da produção naquele território. São constantes as reclamações sobre atunzeiros industriais e traineiras que vão ao encontro dos peixes pra além dos limites dos pescadores de Itaipu e modificam a maneira como incidem sobre a orla. Consistem, portanto, os problemas da desigualdade de condições de competitividade da própria produção de um lado e o esvaziamento dos cardumes na bacia, configurando uma

questão ambiental que a exploração da pesca artesanal tratava de cuidar através desse direito consuetudinário consolidado do outro, além também da reordenação de uma dinâmica de relações dentro do território marítimo na qual o pescador não encontra nenhuma interlocução, colocando-se impotente frente aos efeitos colaterais da modernização e a diferença de poder entre os sujeitos, assim como também em terra. Para essa pesca que “vai até o peixe”, o espaço possível de pesca é muito maior. Não existe a consolidação de um território, tal qual aqui conceituado e que justifica sua conservação, nem a relação afetiva que motiva a preservação necessária. Pros pescadores artesanais, o seu território de pesca é a praia de Itaipu, um recorte limitado do espaço imensamente enriquecido de relações, trocas simbólicas e redes de afetos e que é violentado justamente pelo esvaziamento de significado, ou a ressignificação atribuída por esses atores pelo valor de troca daquele espaço e que obriga autoritariamente os pescadores artesanais de Itaipu a se atualizarem nessa perspectiva.

Milton Santos (1994) resgata o conceito de *espaço banal* em oposição ao recorrente conceito de *rede* que pode ser colocado aqui pra análise dessas relações entre os novos atores e os pescadores, ou melhor, da maneira como sua vontade sob o território é imposta verticalmente, e o pescador, quando se põe no papel de interlocutor nesse diálogo, não consegue voz. Compreende o *espaço banal* o “espaço de todos, todo o espaço”; aquele lugar onde as relações se atualizam horizontalmente; o “espaço contíguo”. Partindo desse entendimento, junto com o *espaço banal*, num “acontecer simultâneo”, existem também as redes, e um “lugar em rede” aqui constrói-se como um lugar onde as operações se dão verticalmente; onde aqueles que atuam no território tem seu comando hospedado em um outro lugar, de um outro ponto, permitindo a existência de um “acontecer hierárquico”, que é

Um dos resultados da tendência à racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização, que tendem a ser concentrados e nos obrigam a pensar na produção desse comando, dessa direção, que também contribuem à produção de um sentido, impresso à vida dos homens e à vida do espaço. (SANTOS, 1994, p.17)

Desse modo é possível enxergar as relações contíguas do *espaço banal* nos atores que se atualizam em Itaipu, que conseguem negociar simbolicamente com os pescadores e encaixá-los na dinâmica de relações de alguma forma, apesar da entrada de novos atores ou de dinâmicas modificadas pela modernização, é o *acontecer simultâneo* que é marcado por um cotidiano capaz de ser formulado e negociado localmente.

Entretanto, podemos lembrar que o pescador Mauro perdeu sua rede para um

rebocador, conforme seu depoimento, e se viu impedido de conseguir travar um diálogo para tentar resolver o problema devido ao *sujeito* – uma empresa dinamarquesa – e o comando essencialmente vertical por trás daquele rebocador que o faz interferir ali estejam relacionados a outro ponto fora do território, e em outra escala de poder.

E essa relação é análoga àquelas protagonizadas por outros *sujeitos* e comandos, tais quais os representantes da indústria pesqueira que cercam indiscriminadamente na região, ou os da indústria petrolífera que transitam sem a consideração devida com o território pesqueiro, as construtoras que impõem sob o território seus projetos de *idades planejadas*, ou até mesmo o poder público quando não consegue visualizar o pescador na construção de políticas públicas que incidem sobre o território.

Desse modo, com tantos atores e tantas forças e poderes atuando na praia de Itaipu corroborando com a prática da pesca da maneira como tradicionalmente é feita por lá, somados ao desaparecimento dos cardumes de tainha na praia, retorno à questão: como é possível renovar-se frente aos novos desafios e continuar desempenhando o papel de pescador artesanal de Itaipu?

Acredito que a resposta para essa pergunta esteja, principalmente, na força política oriunda da coletivização e organização dos pescadores desde então, a partir do seu entendimento como movimento social e na articulação que como tal estabelecem com outros atores na mesma situação, tais quais grupos étnicos indígenas e quilombolas, além de setores da universidade, forças políticas e outros movimentos sociais, o que os injeta uma carga muito potente de auto reconhecimento, ampliando sua voz e minimizando a sensação de passividade frente às questões colocadas aqui.

### 3. INSTITUIÇÕES E POLÍTICA: PESCADORES EM LUTA

Em Itaipu, destacam-se como instituições representativas dos pescadores a ALPAPI (Associação Livre dos Pescadores e Amigos de Itaipu) e a Colônia Z-7, principalmente. Dentro de uma perspectiva histórica, a colônia de pescadores é uma instituição ligada ao aparelho estatal, surgida como resultado de políticas públicas de “saneamento” da costa brasileira, contidas na ideologia nacionalizante corrente, que encontrou seu ápice entre as décadas de 10 e 20. Nesse período, torna-se característica a presença do Estado assumindo o ordenamento das atividades de pesca, com notável protagonismo da marinha brasileira atuando em excursões ao litoral de forma redencionista, com o intuito de “assegurar a saúde, fornecer instrução e incutir civilismo, ou seja, incorporá-los às forças produtivas da nação” (FARIA, 1997, p.23).

Nesse contexto começam a surgir as primeiras *colônias de pesca*, cujo estatuto foi determinado em 1923 e estabelece em transcrição de L. Castro Faria (1997) de seu artigo número 2: “tem como finalidade reunir por laços de solidariedade fraternal os pescadores brasileiros natos e nacionalizados, que se dediquem à indústria da peca, promovendo instrução, o auxílio mutuo e a prosperidade das suas famílias”. É importante lembrar, pra além do que primordialmente caracteriza essa fase interventora do Estado, marcado por nacionalizar, disciplinar e gerir a produção pesqueira, o estabelecimento de colônias de pescadores tinha uma função estratégica de salvaguarda do litoral muito potente, identificados pelos governos europeus à partir da Primeira Grande Guerra, onde eram considerados “guardiões da pátria”. A Colônia de pescadores de Itaipu, hoje Colônia Z-7, mas anteriormente Z-10, foi fundada em 1921 dentro dessa mesma lógica de gestão das atividades de pesca no Brasil, sempre gerida por interventores ligados outrora à Marinha do Brasil, e depois diretamente ao governo.

Jairo: A gente começou a história em Itaipu, antes de 1920, eram os pescadores sem organização nenhuma, foi criada a colônia de pesca que foi pleiteada pelos nossos avós, avô de Lula, avô de Carlinho. O pai de Eraldo e avô de Mauro, seu Caboclo, foi um dos criadores junto com nossos avós que pediram a intervenção da colônia porque a Lagoa de Itaipu tinha um dono que era o Jânio Mendes. Então, tinha ordem do camarão, Jânio Mendes que era o dono da lagoa, então juntou as grandes lideranças passadas e pediram a intervenção: a Colônia de Pesca de Itaipu que foi criada em 1920. Os pescadores de Itaipu nem eram documentados naquela época, então pediram uma colônia de Itaipu, Z-10, e daí começou a história da colônia.

Jairo, que é pescador de Itaipu e diretor da ALPAPI, descreve o surgimento da

Colônia de Pesca Z-10 como a criação de uma instituição que atuava nos conflitos que tinham com os donos de terra, os “cabeças de burro”, ilustrados pela dependência dos pescadores com eles, seja através das suas casas, seja da lagoa. Nesse momento, apesar da colônia fazer parte de um contexto nacional de controle da atividade da pesca por parte do Estado, o conflito mediado pela instituição tinha um caráter exclusivamente local, dentro dos limites de relação dos pescadores.

A partir da insurgência das redes e das decisões atreladas aos agentes que atuam em seus territórios inaugurados por essa modernização no espaço, os pescadores começam seu processo de atualização a medida que se percebem um dos grupos sociais dos inúmeros outros em conflito com atores globais a serviço de uma ideologia dominante ligada à um modelo de expansão econômica. Buscar formas livres de representação que deem conta de travar a disputa nesse cenário torna-se preciso. Uma das ferramentas é a articulação com outras instituições e atores que vão aos poucos abrindo canais de diálogos e acessos a discursos globais que contribuem com ferramentas discursivas dentro do repertório de lutas de outros movimentos sociais e grupos dispostos na mesma condição hierárquica em conflitos semelhantes. Dessa interlocução, surgiu em 1988 a Associação Livre dos Pescadores e Amigos da Praia de Itaipu (ALPAPI), que desvincula-se do aparelho institucional da colônia e ganha uma dimensão política de movimento social independente, munida de fortes discursos atrelados à política de identidade, articulada com outros movimentos de pescadores de outros pontos distantes no litoral e com outras instâncias nacionais de organização, com demandas políticas locais e nacionais, conscientes dos processos e contextos globais que deflagraram os problemas pelos quais passam, cuja solução encontram não apenas localmente, mas no acúmulo das lutas desses movimentos e instituições parceiras compartilhadas através de redes solidárias de interlocução. Ilustrando essa consciência global e a nova atividade política dos pescadores, Jairo cita acontecimentos globais importantes que determinaram novos paradigmas para a pesca em todo mundo, ao passo que se entende como um agente local de maneira que se coloca em primeira pessoa nas movimentações internacionais e nacionais que cita e compreende seus reflexos em Itaipu.

Jairo: Então o que aconteceu, de 70 pra cá, a pesca artesanal ela perdeu força no poder público. A FAO<sup>21</sup> incentivou muito nesses anos a pesca industrial, visando o lucro econômico, não a sustentabilidade. Nos anos 70 aos últimos

---

<sup>21</sup> Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

anos 90. De 2000 pra cá que começou, até 92 que foi a Rio 92<sup>22</sup>, que começou a discussão sobre a questão da sustentabilidade, que começou a incentivar a questão ambiental, a pesca artesanal porque a produção, por conta dos grandes empreendimentos, ela teve uma queda de quase 70% dos últimos 30 anos. Isso influenciou todo mundo, porque esse grande empreendimento, não respeitando as questões ambientais, ela foi o grande marco para a essa degradação ambiental do pescado. Porque a FAO incentivou muito a pesca industrial, sem o seu devido manejo. Na década de 2000 pra cá é que começaram as lideranças dos territórios a se unirem formando as comissões nacionais, e agora a gente tá discutindo a nível internacional. A FAO fez uma discussão no México, com alguns representantes brasileiros, universitários, sobre a pesca artesanal. Mas mesmo assim ainda temos uma resistência muito grande em alguns países por qualquer coisa contra a pesca industrial. Argentina foi a favor, alguns países da América do Sul foram a favor da pesca industrial não respeitando essa questão da pesca artesanal.

Dentre as inúmeras articulações institucionais da ALPAPI, destacam-se de maneira direta, contígua, sobre o território, as relações construídas com o MAI/MUSAI<sup>23</sup>. O Museu Socioambiental de Itaipu, cravejado no coração da praia, nas ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa no Canto de Itaipu, mantém um importante acervo arqueológico, reunindo coleções de Blocos Testemunhos do Sambaqui de Camboinhas, relativo aos objetos registrados dos povos neolíticos que habitaram a região, além da coleção de Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, que remonta da época em que aquele espaço físico onde hoje está o museu servia de recolhimento ligado à igreja católica para mulheres durante o século XVIII, entre outras pequenas coleções. Inspirado sob uma nova ótica de percepção do papel do museu no território, o MAI/MUSAI se percebe inserido em um local rico de grupos sociais e saberes acumulados e vem tentando estabelecer uma relação próxima com o seu entorno, com o intuito de contribuir para a preservação dessa memória, aliado a um importante e extenso trabalho de conscientização ambiental (FERRAZ, 2013). Essa recente relação museu/comunidade que está sendo construída vem sendo reconhecida pelos pescadores locais, seja na ajuda institucional, seja na promoção de eventos ligados a ALPAPI, ou na salvaguarda da memória da comunidade de pescadores através de registro de imagens, falas e acervo material dos pescadores e familiares, que tem um efeito importante na positivação de sua identidade e vocalização de suas lutas.

Além do MAI/MUSAI, é importante também a atividade da universidade junto aos

---

<sup>22</sup> Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em junho de 1992. Também conhecida como Cúpula da Terra, ela reuniu mais de 100 chefes de Estado para debater formas de desenvolvimento sustentável, um conceito relativamente novo à época.

<sup>23</sup> Museu Arqueológico de Itaipu, que está em processo de mudança de nome para Museu Socioambiental de Itaipu (FERRAZ, 2013).

pescadores, principalmente da Universidade Federal Fluminense, com a atuação de pesquisadores, professores e alunos. É através dessa ponte universidade/comunidade, com uma intervenção solidária, disposta a debater com os pescadores os dispositivos complexos existentes para a vocalização das suas demandas, que se tornou possível a maior parte das articulações que ajudam os pescadores de Itaipu com as estratégias de luta política. Através da intervenção da universidade, novos conceitos de preservação ambiental foram incorporados ao cotidiano do pescador e da comunidade. Ser interesse de pesquisadores e da universidade por si só, num circuito virtuoso de positivação de suas identidades, é algo que é bastante sensível pros pescadores, no qual estão cientes e reconhecem na universidade uma parceira. Dentre núcleos de pesquisa, projetos de extensão, e colaboradores técnicos, destacam-se o Núcleo Fluminense de Estudos e Pesquisa (NUFEP), o Núcleo de Pesquisas sobre Práticas e Instituições Jurídicas (NUPIJ) e o Departamento de Biologia Marinha (BIOMAR), veiculados à UFF, que mantém um extenso acervo teórico sobre os pescadores de Itaipu e conta com um núcleo de intelectuais que ajudaram na elaboração do projeto da Reserva Extrativista Marítima de Itaipu, que hoje é apontado por muitos dos pescadores de Itaipu como a principal conquista no âmbito das políticas públicas no território.

Aos moldes das Reservas Extrativistas criadas como políticas públicas para a garantia dos direitos de propriedade das comunidades indígenas e quilombolas sobre o território onde historicamente ocupam, para as comunidades de pescadores litorâneos, tais quais caiçaras, ribeirinhos e jangadeiros, entre outros, foram pensadas políticas de similar importância. Preteridos da tutela constitucional do Estado e devido à problemas de ordem teórica como a dificuldade de se compreender terra e mar como uma unidade territorial do qual essas comunidades dependem econômica e culturalmente, assim como o entendimento convencionalizado de que a pesca é atividade considerada livre ao acesso, assim como o território marítimo, as comunidades de pescadores artesanais tiveram apenas recentemente a elaboração e aplicação de Reservas Extrativistas Marinhas, que garantam para essas comunidades a exclusividade de uso extrativista em seus territórios, respeitando suas formas de regulamentação de uso consensualmente estabelecidas entre aqueles que pertencem a esse determinado grupo social beneficiado (CHAMY, 2004), como o “direito à vez” em Itaipu.

De uma forma mais abrangente, as Reservas Extrativistas Marinhas (RESEX Mar)

ao determinar áreas até então consideradas de livre acesso transformando-as em espaços onde os recursos são explorados de forma comunitária por pescadores artesanais organizados, reconhece o direito consuetudinário desse grupo sobre territórios marinhos (onde se incluem territórios fronteiriços

entre terra e mar como mangues e estuários), as formas de arranjos e representações simbólicas de tradição pesqueira secular e exclui os não comunitários do aproveitamento dos recursos do mar nas áreas delimitadas. (CHAMY, 2004, p.2)

Em Itaipu, a RESEX Marinha começou a ser estudada em 1996 em paralelo à implementação de uma Reserva Extrativista em Arraial do Cabo, que dispõe de uma RESEX Marítima desde 1997, através de uma extensa contribuição dos pesquisadores da UFF, que por sua vez possibilitaram intercâmbios entre os pescadores dos dois territórios para aprimorar o debate sobre as vantagens dessa política pública para o cotidiano, num intenso trabalho de mobilização. Os pescadores de Itaipu, através da ALPAPI, moveram um processo junto ao governo federal e ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), contando com o apoio de muitos moradores, colaboradores e pescadores de Itaipu, além dos apoios institucionais da UFF e de outras instituições, como a Colônia Z-07. Entretanto, uma mudança de gestão em 1999 na colônia indeferiu esse processo. De acordo com Ronaldo Lobão, no *Estudo Técnico para a Criação da Reserva Extrativista Marinha de Itaipu* (2013), a gestão que se seguiu estava veiculada à Federação Estadual dos Pescadores do Rio de Janeiro (FEPERJ), alinhada com outras gestões de colônias que eram não só contrárias às RESEX, mas também às entidades e associações livres de pescadores.

Dessa forma, só em 2004 que os debates sobre a RESEX de Itaipu voltaram a aflorar, quando em 2007 houve a oportunidade de trazer a RESEX pro âmbito estadual, até que em 2010 o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) foi incumbido da missão, que em 2013, através da Secretaria de Estado do Ambiente (SEA), foi definitivamente aprovada e implementada, apesar de ainda não em sua totalidade.

Lula: Sobre os nossos peixes, hoje em dia, nós estamos muito defasados, nós estamos praticamente chegando, se não tomar uma providência séria aí sobre essas traineiras, esses barcos industriais, daqui a uns 2 ou 3 anos a gente não vai ter mais peixe nenhum. Mas, graças a Deus, a gente conseguiu essa RESEX nossa aí. Então a RESEX eu acho que vai trazer bons frutos pra gente, sabe. Então pela RESEX eu acho que a nossa pesca vai melhorar um pouco, se essas traineiras e essa pesca industrial não vierem pescar aqui dentro e tirar o pouco peixe que nós temos dentro dessa baía aqui. (...) A RESEX ela veio ajudar a gente sim, mas ela ainda não tá em prática, porque nós estamos esperando o novo gestor, porque o que estava aqui ele saiu da RESEX, agora nós estamos esperando o outro gestor chegar pra trabalhar com a gente pra ver o que a gente pode fazer de melhor pra comunidade e pros pescadores.

Jairo: A gente criou a RESEX justamente pra coibir e ordenar essas ações que venham prejudicar os recursos naturais e a vida da sustentabilidade do

pescador. Como o Lula colocou, infelizmente, o governo passa por algumas mudanças, por questão política, o gestor tá fora, primeiro a Reserva começa com um regimento interno, um acordo de gestão e um plano de manejo. Essas questões elas só vão ser finalizadas com um acordo de gestão. A gente vai falar na reserva o que pode e o que não pode. Mas só tem duas coisas que estão proibidas hoje: a pesca industrial – ela pode trafegar na reserva, não pode cercar – e água de lastro. Tá no decreto. O que pode e o que não pode, o uso, a gente vai discutir isso no acordo de gestão, depois vai oficializar isso, que vai mudar de 5 em 5 anos, 2 em 2 anos, depende. Ela não tá 100%. Acho que a gente teve um avanço muito grande, no meu ponto de vista, porque a gente tem bastante conflito com a criação da reserva, por se tratar de uma área que tem um interesse muito grande de outros setores, conflitou muito com esses setores que tem a especulação imobiliária, a pesca industrial, todos esses grandes empreendimentos com certeza. Ela ainda não tá funcionando porque só vai falar “a reserva tá funcionando”, na hora que a fiscalização estiver toda ordenada. Igual a todo projeto ambiental, a gente vai esperar uma faixa de uns dois anos pra ver um resultado positivo, mas já existe. Mas com certeza, a natureza tem um poder de regeneração que a gente não pode imaginar, né? Eu conheci, já vi alguns documentários sobre a recuperação ambiental, que a natureza dá uma resposta antes dos técnicos esperarem. Então a nossa esperança é que isso aconteça, com certeza. Então se a fiscalização e o ordenamento forem efetivados com certeza a gente vai ter essa resposta.

Se de um lado cada Reserva Extrativa Marítima conquistada pelos pescadores respondem localmente nas comunidades que conseguem sua implementação nos espaços exclusivamente marítimos que compõe seu território, uma outra luta é travada no âmbito de um projeto de lei que estabeleça o *território pesqueiro*, que compreende, incorporando o espaço em terra, o direito aos territórios tradicionalmente ocupados. No projeto de lei (2012), tocado pelo Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) desde 2012, o território pesqueiro fica entendido como

as extensões, em superfícies de terra ou corpos d’água, utilizadas pelas comunidades tradicionais pesqueiras para a sua habitação, desenvolvimento de atividades produtivas, preservação, abrigo e reprodução das espécies e de outros recursos necessários à garantia do seu modo de vida, bem como à sua reprodução física, social, econômica e cultural, de acordo com suas relações sociais, costumes e tradições, inclusive os espaços que abrigam sítios de valor simbólico, religioso, cosmológico ou histórico.

Nesse projeto de lei são defendidos pontos como a autodeterminação das comunidades, a criação e regulamentação de um Cadastro Geral das Comunidades Pesqueiras, o direito à preferência de uso dos corpos d’água, a cessão dos territórios que forem tradicionalmente ocupados pelos pescadores de Itaipu, garantindo a propriedade coletiva,

desapropriando sempre que necessário, além da definição de responsabilidade e poderes sobre os órgãos públicos competentes.

Jairo: A gente tem um movimento (...), tem uns vinte anos, da gente criar um território pesqueiro, uma lei de iniciativa popular, que a gente precisa de 2 milhões de assinaturas pra ter um peso político pra aprovar. Assim como têm os quilombolas e os indígenas, os pescadores não têm esse território. O que é entendido como território? Não só a parte marinha: a serra que a gente ia lá e tirava o nosso recurso natural pra reparar as canoas, o convívio social, da cultura, do entretenimento esportivo, então isso tudo é território, que o indígena tem, que o quilombola tem, mas o pescador, mesmo sendo população tradicional, ele não tem isso em forma de lei. Só tem a área de 33 metros que é muito precária, o TAUS que é o Termo de Autorização de Uso Sustentável, que tem as suas predominâncias dentro da portaria. Se o governo precisar de alguma forma pode realocar e tirar a comunidade do local. Se for de interesse público, a gente corre o risco de ser remanejado, de ser tirado. E como o governo na maioria das vezes não cumpre com as suas promessas, como aconteceu com Belo Monte, lá no Pará, que fizeram um acordo com as comunidades tradicionais e não respeitaram o acordo e especularam a área, hoje tem grande valor, e desapropriaram com valores irrisórios. Naquela época, o terreno que custava 2 mil lá, hoje com o empreendimento da Belo Monte, se valorizou e o morador tradicional tá na rua e isso com certeza vai gerar um desajuste social muito grande, porque essas pessoas vão ficar nos grandes centros urbanos perdidas e sim gerando mais desajuste social e o crime acaba resgatando essas pessoas infelizmente. Mas a gente tá com esse projeto de lei pra gente fortalecer essas comunidades tradicionais porque só dessa forma, contra a especulação imobiliária, e vários grupos de grileiros, estão fazendo uma pressão muito grande, povos que estão aqui, famílias que estão em alguns lugares a 100, a 80, e até 200 anos eles vem com documentos falsos dizendo que é dono como a gente viu, nossa família passou, a família do Bichinho passou, que tem lá uma história de 200 anos, eu, Carlinho, Erica, a gente tá lá a cerca de 80 anos, a casa construída no século XIX, e a gente tá passando por esse conflito, que tá acontecendo em todo território, ou seja, uma lei dessa natureza vai só fortalecer as populações tradicionais.

Nas últimas décadas se vê um movimento crescente de afirmação dos pescadores artesanais de todo Brasil ilustrado pela atuação do MPP, que produziu esse projeto de lei e uma militância em torno da implementação dele. Essa recente mobilização trouxe o debate das políticas de identidade, incorporando as comunidades litorâneas na agenda dos movimentos sociais, e tratando essas comunidades como tradicionais. Se o termo “tradicional” se complexifica e se torna passivo de contestação na academia, politicamente ele é pleiteado por esses pescadores porque os iguala aos outros grupos sociais que vêm conquistando direitos no campo político.

Um aspecto importante a ser observado na luta política dos pescadores de Itaipu é que ela tem seus discursos muito mais próximos dos produzidos pelos debates dos

movimentos sociais que tratam de questões relativas à política de identidade do que de fato um debate tradicional de classe sustentado pelos partidos políticos.

A política de identidade concentra-se em afirmar a identidade cultural das pessoas que pertencem a um determinado grupo oprimido ou marginalizado. Essa identidade torna-se, assim, um fator importante de mobilização política. Essa política envolve a celebração da singularidade cultural de um determinado grupo, bem como a análise de sua opressão específica. (WOODWARD, 2014, p.34)

Na minha experiência em campo, não encontrei muitas referências partidárias além da presença constante de quadros ativos de partidos tradicionalmente de esquerda, como o deputado estadual Carlos Minc, do PT (Partido dos Trabalhadores), importante figura na implementação da RESEX via gestão estadual. Essas figuras eram evocadas como parceiros na sua luta política, e viabilizadores quando as disputas se davam no corpo do Estado. A questão portanto, é que a centralidade dos debates políticos não perpassava necessariamente à questão de classes e que os partidos políticos eram instituições meramente formais e alegóricas no cotidiano das suas disputas, o que sugere que a politização do pescador artesanal de Itaipu se dá muito mais reconhecendo-se enquanto grupo social, detentor de uma identidade, constitutivo de uma comunidade autoproclamada tradicional, cujo repertório simbólico por si só já configura objeto de luta, do que como uma classe de trabalhadores do mar. Não entendem-se, portanto, como pescadores na perspectiva de classe, como o sujeito que pesca, mas reivindicam a condição de “tradicional” justamente para colocar que a questão da identidade é central. Não se trata de uma luta sindicalizada, um movimento político que deseja subverter as relações de dominação fundadas nos paradigmas das classes sociais, apesar de terem pautas relativas às condições de trabalho. Preservar suas representações, ou atualizá-las a ponto de conseguirem performatizar suas identidades é mais importante do que adequar-se à indústria pesqueira, ainda que os ganhos compensem e o retorno financeiro seja maior, ainda que se conquiste direitos trabalhistas e seguros previdenciários. A resistência à proletarianização bem como à instituição da pesca industrial que marca os pescadores artesanais é sintoma crasso de que o aspecto fundamentador de sua luta política é a sua identidade.

Sob uma perspectiva crítica portanto, não podemos analisar as novas inserções simbólicas do poder econômico sobre o território apenas como a inserção de um modelo “moderno”, sendo opostos pelos pescadores de Itaipu que insistem no modelo “tradicional”. É preciso entender as categorias de poder e adotar uma forma de análise que, muito melhor que a velha oposição “tradicional” e “moderno”, consiga compreender as modificações e

resistências tais quais em relação à cultura hegemônica, tendo como questão central, afinal, como esses elementos simbólicos, novos ou contíguos, dialogam com a cultura dominante ou contestam-na. Para tal, Raymond Williams (1971) propõe os conceitos de “residual” e “emergente”. Sobre o residual, afirma que

por definição, foi efetivamente formado no passado, mas ainda está ativo no processo cultural, não só como um elemento do passado, mas como um elemento efetivo do presente. Assim, certas experiências, significados e valores que não se podem expressar, ou verificar substancialmente, em termos da cultura dominante, ainda são vividos e praticados à base do resíduo – cultural bem como social – de uma instituição ou formação social e cultural anterior. É importante distinguir esse aspecto do residual que pode ter uma relação alternativa ou mesmo oposta com a cultura dominante, daquela manifestação ativa do residual (distinguindo-se este do arcaico) que foi incorporada, em grande parte ou totalmente, pela cultura dominante. (WILLIAMS, 1991, p.125)

Em Itaipu, não se pode encontrar uma única prática social, tal qual não se pode dizer que os pescadores de Itaipu representam-se exclusivamente “à base do resíduo”, muito embora a pesca artesanal, bem como a resistência das colônias de pesca, certamente remontam de práticas fundadas no passado – enfatizadas pela auto determinação desses pescadores pela condição de “tradicionais” – assim como não se podem ser verificados na cultura hegemônica. No entanto, já vimos também que certos símbolos são incorporadas pela cultura dominante que deliberadamente as distorce para justificar inclusive os discursos etnocêntricos correntes, construí-los como primitivos e coloca-los junto da natureza, mantendo o distanciamento cultural e ilustrando os aspectos que fundam as hierarquias simbólicas. Dessa forma, esses fluxos simbólicos vão também construindo um pescador que se coloca aqui como residual, por mais que não tenham sido construídos por si mesmo ou por grupos em trocas simbólicas no espaço banal, mas sim pela cultura hegemônica, de forma vertical, na sua ânsia por agregar valor de mercado ao espaço justamente em um processo evidente de resignificação.

Como não estamos falando de identidades estáticas ou de realidades impermeáveis aos discursos produzidos por e para eles, dos processos culturais que emergem aos que residualmente continuam, seja por concessão da cultura hegemônica, seja como reação à ela, fica evidente, portanto, que a construção da identidade se dá de forma diferente, hoje, do que se dava à 70 anos atrás. Novos contextos históricos apontam para reações diferenciadas do grupo social. Uma nova categoria discursiva, capaz de dialogar não só dentro do espaço banal, mas como também fora dele, em rede, se torna uma importante ferramenta

de luta, onde sua arma é a construção de um pescador artesanal tradicional, onde determinadas características e práticas sociais são estrategicamente escolhidas para ilustrar o que significa ser pescador artesanal de Itaipu, e colocadas como inegociáveis. Dessa forma é possível afirmar que há sim um conjunto de elementos culturais “emergentes” e de novas formas de se afirmar enquanto pescadores de Itaipu que se opõem à cultura hegemônica, que buscam espaço nela, e que não se resumem às suas práticas residuais.

Apesar da identidade ser a principal questão da luta política em Itaipu, é comum e perceptível nos depoimentos transcritos nesse trabalho, que existe um ar nostálgico em suas falas, como se houvesse um *pescador* mais legítimo no passado; como se as representações de hoje não dessem conta de afirmá-los, mas que as referências a esse *pescador* de outrora alimentassem um projeto de identidade buscada. Gilberto Velho (1994) sobrescreve as identidades sobre os conceitos de *memória* e *projeto*, na tentativa de articular narrativas passadas e futuras como componentes de uma identidade. Primeiramente, descreve a memória como fragmentada, afirmando que o passado é descontínuo. Associa a identidade à organização desses pedaços, de modo a dá-la sentido. Depois afirma que “a consistência e o significado desse passado e da memória articulam-se à elaboração de *projetos* que dão sentido e estabelecem continuidade entre esses diferentes momentos e situações” (VELHO, 1994, p.103). No entanto, é necessário colocar que a memória é importante em Itaipu, mas não define uma identidade legitimada sob um suposto e autêntico passado, na contramão da ideia de uma identidade fluida abordada aqui. Pelo contrário, através de alicerces pautados em um passado histórico – ou fragmentos selecionados de sujeitos no passado que se apresentam como sendo um “nós”, ou seja, uma “comunidade imaginada” – é possível enxergar esse processo tanto como um “ser” quanto um “tornar-se”, descrevendo, por fim, seu processo emergente de atualização de suas identidades baseado em sua luta política.

Ao ver a identidade como uma questão de “tornar-se”, aqueles que reivindicam a identidade não se limitariam a ser posicionados pela identidade: eles seriam capazes de posicionar a si próprios e de reconstruir e transformar as identidades históricas, herdadas de um suposto passado comum. (WOODWARD, 2014 p.29)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da mesma forma que não é possível construir os pescadores artesanais de Itaipu como se preservassem uma essência em que seus modos de produção e suas práticas sociais seriam representações da verdadeira identidade daquela comunidade, não podemos também construí-los sob uma perspectiva passivista, aceitando as transformações impostas que deterioram sua vida como uma questão natural do desenvolvimento, tanto quanto não podemos deixar de entender criticamente a expansão e domínio do poder econômico sobre todos os outros aspectos da vida, inclusive a cultura, da qual esse desenvolvimento se trata. É preciso que se traduza as inflexões desses modelos econômicos nos territórios com a sensibilidade para entender como isso acontece sob a perspectiva dos povos que os significam e que se veem prejudicados nesses processos.

Com os pescadores de Itaipu, como vimos, há uma predominância dos discursos políticos atrelados aos debates por uma política de identidade que garanta não só a soberania de suas práticas tradicionais sobre os interesses do poder econômico, celebrando sua singularidade cultural, mas que também garantam condições justas e dignas de sobrevivência da pesca artesanal. Tais discursos começam a tomar rumo em um momento no qual os pescadores se organizam e percebem que são capazes de travar essa disputa, entendendo que é na luta pela sua identidade e por suas representações que pretendem afirmar legitimidade e o direito sobre aquele espaço construído como território através de séculos de ocupação e significação através do viver, das relações estabelecidas no espaço contíguo.

A cultura aqui torna-se peça chave na luta política. O entendimento da cultura como espaço onde se dá essa disputa é central para entendermos que, não é apenas na condição econômica/material que se encontram as distorções e as dominações, mas no poder de produção simbólica também. Existe em curso não só um processo de urbanização e elitização materialista da Região Oceânica, mas principalmente um processo de categorizar um determinado modelo cultural como sendo normativo, negligenciando os modelos que se colocam de alguma forma alternativos ao modelo dominante. O modelo de urbanização imposto nas praias de Itaipu e Camboinhas foi pensado com o intuito de facilitar o loteamento das orlas da lagoa e estruturar a construção de uma marina, ignorando o modelo de produção dos pescadores artesanais e de sua organização social que dependia daquela estrutura anterior para pescar camarões, por exemplo, ou para vigiar o “cerco” da tainha. Com a nova configuração, passando por cima do fato de que aquele espaço já era território de um grupo social tradicional, um processo intenso de descaracterização dessas comunidades começa,

anulando suas representações, retirando-os da pesca artesanal e oferecendo como alternativa de futuro um lugar em meio aos exércitos de subempregados nas massas urbanas.

Com esse cenário, a organização em torno de uma luta política é montada. Suas armas de disputa tornam-se suas próprias identidades e o entendimento das suas representações e diálogos com o território como parte integrante do que são. O passado é reposicionado em um processo de “tornar-se”, em uma seleção de sua memória, evocado em suas palavras pela “tradicionalidade” a qual reivindicam. Esse passado faz sentido enquanto ele constrói mecanismos que os conectam ao território, e os pescadores os acionam para a sociedade com o intuito de evidenciar esse valor simbólico, positivando suas representações, que caso reconhecido pela sociedade civil, serve de importante discurso frente às transformações trazidas pelos atores do poder econômico, já que as relações afetivas com o território ganha espaço. A cultura nesse momento torna-se fundamental mecanismo não só de posituação simbólica da comunidade de pescadores artesanais de Itaipu e seus efeitos na luta pela existência, mas também contribui para uma visão problematizada da “modernização” trazida pelo apogeu da lógica econômica sobre todas as outras, sendo extremamente eficiente na efetivação de um pensamento crítico da própria urbanização na Região Oceânica.

É possível afirmarmos portanto, que mais que nossos próprios vícios de construí-los em cima de definições essencializadas de suas identidades e atribuímos essas imagens que fazemos deles a eles mesmos, seus processos de auto determinação são dinâmicos e perfeitamente capazes de atualizarem-se perante os desafios de um território em disputa e sua recolocação histórica dentro dele, protagonizando seu projeto de existência.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA, Sônia Regina da Cal Seixas. *Identidade social e dores da alma entre pescadores artesanais em Itaipu, RJ*. Ambient. soc. [online]. 2004, v. 7, n. 1. 2004. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-753X2004000100007>>. Acesso em 19 out. 2015.

BRASIL. Projeto de Lei de Iniciativa Popular, 2012. *Dispõe sobre o reconhecimento, proteção e garantia do direito ao território de comunidades tradicionais pesqueiras, tido como patrimônio cultural material e imaterial sujeito à salvaguarda, proteção e promoção, bem como o procedimento para a sua identificação, delimitação, demarcação e titulação*. Disponível em <<https://cppnorte.files.wordpress.com/2012/12/projetodeleideiniciativapopularterritoriocomunidadespesqueiras-120629104918-phapp01.pdf>>. Acesso em 19 de out. 2015.

CARVALHIDO, Victor Von Rondon. *Do “direito à vez”, à vez dos direitos: Conflitos e representações acerca do espaço e do trabalho no Canto de Itaipu*. Dissertação (Pós-Graduação em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

CHAMY, Paula. *Reservas Extrativistas Marinhas como instrumento de reconhecimento do direito consuetudinário de pescadores artesanais brasileiros sobre territórios de uso comum*. In: The commons in an age of global transition: challenges, risks and opportunities, the tenth Conference of the International Association for the Study of Common Property. Oaxaca, Mexico, 2004

DIEGUES, Antonio Carlos S. *Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar*. São Paulo: Ática, 1983.

FARIA, L. de Castro. *Pescadores e Pescarias*. In: LIMA, Roberto Kant de; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997. p. 21 - 28.

FERRAZ, Livia Martins. *O museu como agente de sensibilização e representação sociocultural local: Ações desenvolvidas pelo Museu de Arqueologia de Itaipu / Museu Socioambiental de Itaipu*. Trabalho de Conclusão de Concurso (Produção Cultural) – Instituto de Artes e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

FONTENELLE, T. H.; CORRÊA, W. B.. *Urbanização efetiva e densidade de domicílios na Região Oceânica de Niterói (RJ) entre 1976 e 2010*. In: Caminhos da Geografia, v. 14, n. 45. Niterói, 2013.

GONÇALVES, Luísa Augusta Gabriela Teixeira. *Modelo de expansão urbana e apropriação do espaço na Região Oceânica de Niterói*. IN: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 11, n. 2. Niterói, 2010.

HALL, Stuart. *Quem precisa da identidade?* IN: SILVA, Tomaz Tadeu da. [et al] *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103 – 133.

LIMA, Roberto Kant de. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. In: LIMA, Roberto Kant de; PEREIRA, Luciana F. *Pescadores de Itaipu: Meio ambiente, conflito e ritual no litoral do Estado do Rio de Janeiro*. Niterói: EDUFF, 1997. p. 11 - 263.

MIBIELI, Rodrigo Leipner. *Mestre Cambuci e o “Sumiço da Tainha”*: Uma nova imagem da praia de Itaipu. Trabalho de Conclusão de Concurso (Ciências Sociais) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2004.

SALANDIA, Luis Fernando Valverde. *Condicionantes na configuração espacial de áreas de expansão urbana nas regiões metropolitanas brasileiras. O caso da Região Oceânica de Niterói, RJ*. IN: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo, v. 8, n. 5. Niterói, 2004.

SANTOS, Milton. *O Retorno do Território*. IN: SANTOS, Milton (org.) *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. *O Dinheiro e o Território*. IN: GEOgraphia, v. 1, n. 1. São Paulo, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *A produção social da identidade e da diferença*. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da [et al]. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73 – 102.

VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

WERMINGHOFF, F.; GIRÃO, R. S.; FERNANDES, P. J. F.. *Análise espacial da expansão urbana na Região Lagunar de Itaipu, Niterói - RJ*. IN: XVII Encontro Nacional de

Geógrafos, 2012, Belo Horizonte. Anais do XVII Encontro Nacional de Geógrafos, 2012.

WILLIAMS, Raymond. *Marxismo e Literatura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

WOODWARD, Kathryn. *Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual*. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da [et al]. *Identidade e Diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7 – 72.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL  
COORDENAÇÃO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

---

## AUTORIZAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DE MONOGRAFIA

---

Niterói, 28/10/2015

Eu, **GUILHERME AGLIO DA SILVA**, CPF 141.164.847-17 formando(a) do curso de graduação em Produção Cultural da Universidade Federal Fluminense, autorizo a divulgação do conteúdo da monografia (texto integral e/ou fragmentos, respeitada a autoria) intitulada “**A ITAIPU DAS CAMPANHAS: IDENTIDADE, TERRITÓRIO E LUTA EM ITAIPU**” defendida nesta data, em bibliotecas e sítios de divulgação de resultados científicos e acadêmicos. Para tal, comprometo-me a entregar a presente monografia em versão digital, em PDF.



---

**GUILHERME AGLIO DA SILVA**